

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Liminar veda IR sobre dividendos de empresa no Simples 3

VALOR ONLINE - NOTICIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda aperta regra de uso de prejuízo fiscal 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

PF conduz sete inquéritos ligados ao Master 7

VALOR ONLINE - NOTICIA
SEGURIDADE SOCIAL

Agenda do dia: Falas de Galípolo e de dirigentes do Fed são destaque 9

VALOR ONLINE - NOTICIA
SEGURIDADE SOCIAL

Agenda de desregulação alimentou crime organizado, diz ministro da CGU 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad prepara sua passagem de bastão no Ministério da Fazenda (ESPLANADA) 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estatais dependentes estão na mira do governo 16

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Partido da Líder do Japão vence e abre porta para debate sobre "cláusula da paz" 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A economia que não se pode adiar (Artigo) 18

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Discriminação - APOSENTADOS 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Petróleo puxa indústria extrativa, que deve ter a maior alta do PIB 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Indústria extrativa responde só por 3,5% da atividade econômica do País 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Superavit desafia Durigan 25

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
ECONOMIA

Escassez faz salário inicial subir 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pela ampliação do debate (Artigo) 28

Segunda-Feira, 9 de Fevereiro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Onças brasileiras" devem sair ganhadoras de acordo UE-Mercosul..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Resultado das empresas o no 4 trimestre indica movimento de retomada..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Às vésperas de corte na Selic, juro longo segue sob pressão..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Kinea vê "virada de 180 graus" nos EUA e alerta para reversão do fluxo global..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Gastos de US\$ 660 bi das "big techs" reacendem temor de bolha..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O que esperar da Venezuela? (Artigo)..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Trump, a Groenlândia e a Amazônia (Artigo)..... 42

Liminar veda IR sobre dividendos de empresa no Simples

Marcela Villar De São Paulo

Uma liminar da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo proibiu a incidência de 10% de Imposto de Renda (IRPF) sobre dividendos distribuídos aos sócios de um escritório de advocacia, inscrito no Simples Nacional - regime para faturamento de até R\$ 4,8 milhões anuais. A decisão beneficia o Rocchi Neves Advogados Associados. Cabe recurso.

A tributação passou a ser prevista pela Lei nº 15.270, de 2025. A norma ainda aumentou a isenção do IRPF para quem ganha até R\$ 5 mil e determinou que a isenção de dividendos só estava garantida para empresas que deliberassem até 31 de dezembro do ano passado. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal, porém, prorrogou esse prazo para 31 de janeiro e será analisada no Plenário Virtual a partir do dia 13 deste mês (ADIs 7912 e 7914).

Companhias anteciparam mais de R\$ 100 milhões em lucros no fim do ano passado. Elas inclusive tomaram empréstimos com o objetivo de escapar da cobrança tributária. A exigência é sobre valores que ultrapassarem R\$ 50 mil em um mesmo mês ou R\$ 600 mil no ano.

Na ação, o Rocchi Neves Advogados Associados defendeu que uma lei ordinária, como a do IRPF, não poderia ir contra e se sobrepor à Lei do Simples - a Lei Complementar

(LC) nº 123, de 2006. O artigo 14 determina que são "isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos" a sócios de empresas de pequeno porte, optantes desse regime. Para o escritório, permitir a tributação violaria a hierarquia das leis, até porque o tratamento diferenciado a essas empresas foi dado pela Constituição.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) destaca, porém, que o tratamento diferenciado garantido ao Simples Nacional "visa proteger a atividade produtiva da micro e pequena empresa, e não deve ser confundido com a renda pessoal do sócio". "A tributação de dividendos incide sobre o ganho da pessoa física, o que não interfere no regime simplificado de recolhimento da empresa", afirma.

Segundo o órgão, a isenção prevista no artigo 14 da LC nº 123 "não é matéria reservada à lei complementar, razão pela qual prevalece o disposto na Lei nº 15.270/25". "Diante da legalidade da norma, a PGFN confia que a tese será confirmada pelas instâncias superiores, assegurando a isonomia do sistema tributário", diz.

Na decisão, a juíza Sílvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, acatou a argumentação do contribuinte. Para ela, "cabe à lei complementar veicular a regras para o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, tal como previsto no artigo 146 da Constituição Federal". Por conta disso, acrescenta, a nova lei, "não pode ser aplicada às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional".

"Entendimento diverso ofenderia a própria determinação constitucional acima transcrita, concretizada na Lei Complementar nº 123/2006", afirma a magistrada. O requisito para conceder a liminar foi cumprido, na visão dela, pois o não recolhimento do tributo pode resultar em autuação pelo Fisco (processo nº 5002505-76.2026.4.03.6100).

O advogado Flávio Rocchi Jr, do Rocchi Neves Advogados Associados, que moveu a ação, diz que havia orientação da **Receita Federal** para cobrar os 10% sobre os valores dos sócios. "Diante dessa orientação e respeitando o princípio da hierarquia das leis, entramos com a ação para que os dividendos de empresas do Simples Nacional não sofram retenção pelo IR", afirma.

A ideia, de acordo com Rocchi, é replicar a decisão em outros casos, para clientes. "O escritório atende vários escritórios de contabilidade que podem se beneficiar da tese, pois também estão no Simples Nacional e recebem mais de R\$ 50 mil de lucros e dividendos." Atuam no escritório 96 pessoas, sendo 12 sócios que podem ser beneficiados com a liminar. A distribuição dos lucros é a forma de remuneração deles.

Ele avalia que o impacto é positivo em duas vias. "Primeiro não ser tributado pelos dividendos e segundo não considerar esse lucro para contabilizar a renda mínima anual de R\$ 600 mil. Isso é muito

importante, porque às vezes não se ganha R\$ 50 mil por mês, mas somando com aluguel, dividendos de ações e outros investimentos, ultrapassa R\$ 600 mil por ano. A decisão veda isso, é uma grande vantagem", diz.

A tributarista Karem Dias, sócia do Rivitti e Dias Advogados, avalia que a decisão é positiva, pois a lei não poderia ser aplicada a empresas de menor porte. "O Simples é um tratamento diferenciado e favorecido, como determina a Constituição Federal. Uma norma constitucional não pode ser alterada por lei complementar nem lei ordinária, só pela própria Constituição", afirma.

Segundo ela, porém, há argumentos favoráveis à Fazenda. "A lei que trouxe a tributação na fonte dos dividendos está inserida em um contexto de tributação de altas rendas. A tributação não está onerando a empresa do Simples, mas a pessoa que recebe esses dividendos e que é de altas rendas, porque é acima de R\$ 50 mil." Para Karem, porém, independentemente de o lucro ter ido para o sócio ou ficado na empresa, "a taxação desconfigura o regime do Simples".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Fazenda aperta regra de uso de prejuízo fiscal

Por **Guilherme Pimenta e Giordanna Neves - De Brasília**

Desconfianças sobre as intenções da compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB) e possíveis impactos bilionários da transação nos cofres da União fizeram o Ministério da Fazenda apertar em setembro de 2025 as regras do uso de prejuízo fiscal por empresas.

O prejuízo fiscal é uma espécie de crédito gerado quando uma empresa apura prejuízo em determinado ano. Esse "estoque de perdas" pode, pela legislação, ser usado para pagar tributos ou quitar dívidas do contribuinte com a **Receita Federal** ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

As mudanças foram realizadas depois de a Fazenda receber informações de que a operação poderia expor o BRB a perdas relevantes associadas a uma carteira estimada em R\$ 12 bilhões créditos, da qual boa parte era inexistente. O caso, investigado pela Polícia Federal (PF), levou a pasta a olhar com atenção para outro ponto, envolvendo o estoque de prejuízo fiscal acumulado do Banco Master.

A medida serviu como uma espécie de antídoto, segundo técnicos da Fazenda, depois de o ministro Fernando Haddad ter recebido informações de que a operação poderia resultar em futuros prejuízos aos cofres da União. Na ocasião, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi comunicado das suspeitas e deu aval para a pasta fazer as mudanças necessárias.

A avaliação técnica da Fazenda foi a de que, uma vez concretizada a compra pelo BRB, o estoque de prejuízo fiscal do Master poderia ser utilizado como instrumento de abatimento de tributos federais em transações tributárias. As transações são uma espécie de acordo entre contribuinte e **Receita Federal**. Um cálculo preliminar na época indicou que, no limite, o impacto poderia superar R\$ 3 bilhões.

A preocupação da Fazenda surgiu porque, em 2023, foi regulamentado o modelo de transação tributária por adesão, que permitiu a utilização de prejuízo fiscal nesse tipo de negociação. À luz das discussões envolvendo BRB e Banco Master, a nova portaria, de 2025, endureceu a regra ao estabelecer que o prejuízo fiscal só poderia ser utilizado quando o vínculo

societário entre as empresas já existisse no período em que esses prejuízos foram gerados e que essa relação se mantivesse até que a transação fosse efetivada.

Medida seria antídoto após Haddad receber informações de que operação poderia resultar em prejuízo aos cofres da União

Diante disso, foi estudado, em um primeiro momento, editar uma medida provisória para apertar as regras. Lula e técnicos da pasta, no entanto, alertaram para o risco de o Congresso afrouxar o uso do prejuízo fiscal em vez de apertá-lo. Diante disso, a Fazenda optou por um ato infretilgal, que não passa pelo Legislativo.

A pauta era defendida há algum tempo por técnicos da pasta, que destacavam a limitação de sua aplicação em situações como transações tributárias, acordos de leniência e processos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, nos casos decididos por voto de qualidade.

Na portaria, foi definido ainda que somente poderia ser utilizado crédito de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) quando esse crédito fosse apurado e declarado à **Receita Federal do Brasil** até no máximo o último dia do exercício anterior à celebração da transação. Assim, caso o Banco Central autorizasse a operação em 2025, o BRB não poderia, no futuro, utilizar-se dessa artimanha.

Na semana passada, Haddad disse que a Fazenda acompanhou o caso Master de perto porque poderia envolver prejuízo fiscal, com o risco de "jogar no colo" da **Receita Federal**.

Procurado, o Master disse que a operação com o BRB não foi concluída. "Não há qualquer reconhecimento técnico, administrativo ou judicial de 'créditos inexistentes'", afirma. Acrescenta que as transações realizadas com o BRB ocorreram "de maneira regular" e que Daniel Vorcaro [dono do Master] "não participou nem teve influência em discussões de alterações tributárias".

O BRB não respondeu.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Fazenda aperta regra de uso de prejuízo fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2026/02/09/fazenda-aperta-regra-de-uso-de-prejuizo-fiscal.ghtml>

PF conduz sete inquéritos ligados ao Master

Tiago Angelo

A Polícia Federal (PF) já instaurou sete inquéritos sobre o suposto esquema de fraude no Banco Master ou correlatas. Para além dos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), as apurações já estão distribuídas em São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá. Há ainda investigações do Ministério Público Federal (MPF) em ao menos seis unidades da federação. A tendência é que o número aumente com a nova frente que mira aportes feitos por fundos de Estados e municípios.

A última apuração que veio à tona é a que trata de investimentos feitos pela Amapá Previdência (Amprev) no Master. Segundo a investigação, foram alocados R\$ 400 milhões em papéis do banco. Na sexta-feira, a PF deflagrou a Operação Zona Cinzenta para investigar o aporte.

Os casos mais importantes estão no STF: o que investiga a emissão de títulos sem lastro que seriam repassados pelo Master ao Banco de Brasília (BRB) e o inquérito que apura se empresas de capital social considerado "ínfimo" cederam direitos creditórios de valores milionários a fundos de investimentos vinculados ao Master.

As apurações que estão no STF começaram em São Paulo e no Distrito Federal, para onde podem voltar parcialmente se o ministro Dias Toffoli, relator, entender que a corte só deve seguir atuando na investigação de autoridades com prerrogativa de foro, como deputados e senadores.

Conforme mostrou o Valor em janeiro, a tendência é que haja o chamado "desmembramento". Isso significa que uma parte da investigação será enviada de volta à primeira instância de São Paulo e do DF, permanecendo no STF as suspeitas que envolvem políticos com foro privilegiado. Os dois casos são investigados na operação Compliance Zero.

Além dos inquéritos maiores que estão no Supremo, Toffoli ainda definirá o destino da investigação que trata da possível contratação de influenciadores digitais para atacar autoridades e instituições responsáveis pela liquidação do Master.

O ministro pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste antes de decidir se o caso deve ir para a primeira instância. A apuração é tocada pela Diretoria de Investigação e Combate ao

Crime Organizado e à Corrupção (Dicor), em Brasília. Se deixar o Supremo, deve seguir tramitando na Justiça de Brasília.

No Rio, a Operação Barco de Papel apura investimentos de quase R\$ 1 bilhão no Master. A aplicação foi feita pela Rioprevidência, fundação dos servidores estaduais.

Mais recentemente, a PF abriu dois inquéritos. Um é conduzido pelo Dicor e apura suspeitas de gestão fraudulenta no BRB. O outro mira o Grupo Fictor por suposta gestão fraudulenta, apropriação financeira indébita, emissão de títulos sem lastro, equiparados a valor mobiliário, além de operação de instituição financeira sem autorização. O caso está na Superintendência Regional da PF em São Paulo.

Um oitavo caso chegou a ir temporariamente ao STF, mas foi devolvido à Justiça Federal de São Paulo: a denúncia contra o empresário Nelson Tanure, acusado de utilizar informações sigilosas dentro da construtora Gafisa. Toffoli não viu relação entre o processo e as investigações do Master e devolveu a denúncia para que fosse analisada pela primeira instância.

No caso de investigações do MPF, as apurações se estendem a ao menos seis Estados: Alagoas, Amapá, Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Elas miram aportes de regimes próprios de **previdência social** (RPPS) no Master.

A tendência é que as apurações se ampliem, levando em conta que, ao todo, 18 entidades de regimes próprios da previdência, 15 delas municipais e três estaduais, fizeram aportes no banco de Daniel Vorcaro.

Além disso, há a possibilidade de que apurações ligadas ao Master

chequem ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Isso porque em depoimento prestado em 30 de dezembro, Vorcaro citou o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). O banqueiro disse que conversou sobre a venda do Master ao BRB com Ibaneis, o que o governador nega.

O Valor entrou em contato com todos os citados nesta reportagem. Em resposta, Tanure disse que manteve com o Master "relações estritamente comerciais, sempre na condição de cliente ou aplicador". "Essas relações envolveram aplicações financeiras,

operações de crédito, gestão de fundos e aquisição de participação societárias, sem qualquer ingerência na gestão ou conhecimento das outras operações internas dessas instituições."

Já a defesa de Vorcaro afirmou que ele "não tem qualquer relação com a contratação ou difusão de "fake news", tampouco com campanhas digitais de difamação contra autoridade pública". Também disse "que as tratativas envolvendo a eventual cessão de ativos ao BRB permaneceram em estágio preliminar e não resultaram em qualquer transferência definitiva de carteiras". Os demais citados não responderam ou preferiram não se manifestar.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Agenda do dia: Falas de Galípolo e de dirigentes do Fed são destaque

Por Carlos Mercuri e Luana Reis, Valor - São Paulo

O discurso do presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, em evento sobre estabilidade financeira da ABBC é o principal destaque da agenda desta segunda-feira, em um dia sem indicadores de peso no Brasil ou no exterior. Nos Estados Unidos, dirigentes do Federal Reserve (Fed, banco central americano) têm discursos previstos, com destaque para Christopher Waller.

Veja os destaques da agenda desta segunda-feira:

FGV divulga IPC-S da primeira quadrissemana de fevereiro - O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) divulga, às 8h, o Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) da primeira quadrissemana de fevereiro. O IPC-S da quarta quadrissemana de janeiro de 2026 subiu 0,59% e acumula alta de 4,60% nos últimos 12 meses.

BC divulga boletim Focus da semana - O Banco Central (BC) divulga, às 8h25, o Boletim Focus da semana encerrada em 6 de fevereiro. A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial brasileira em 2026 recuou pela quarta semana seguida, de 4,00% para 3,99%, segundo o relatório Focus. Para 2027, a mediana das expectativas para o IPCA seguiu em 3,80% pela 13ª semana seguida e, para 2028, continuou em 3,50%, também pela 13ª semana seguida. Para a taxa básica de juros (Selic), a mediana das estimativas se manteve em 12,25% no fim de 2026 pela 6ª semana seguida, seguiu em 10,50% em 2027 pela 51ª semana e, para 2028, se manteve em 10% pela 2ª semana seguida.

Secex apresenta balança comercial da primeira semana de fevereiro - A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) apresenta, às 15h, o resultado da balança comercial da primeira semana de fevereiro. Em janeiro de 2026, as exportações somaram US\$ 25,2 bilhões e as importações, US\$ 20,81 bilhões, com saldo positivo de US\$ 4,3 bilhões.

Fed de Nova York divulga expectativa de inflação dos consumidores de janeiro - O Federal Reserve de Nova York divulga, às 13h (de Brasília), o índice de

expectativas de inflação dos consumidores dos EUA de janeiro. Em dezembro de 2025, a expectativa era de que a inflação ficasse em 3,4%, mesma estimativa para janeiro.

Presidente do BCE participa de evento - A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, participa de evento às 13h (de Brasília).

Diretor do Fed discursa em evento - O membro do conselho do Federal Reserve Christopher Waller discursa em evento às 15h30 (de Brasília).

Presidente do Fed de Atlanta discursa em evento - O presidente do Federal Reserve (Fed) de Atlanta, Raphael Bostic, discursa em evento às 17h15 (de Brasília).

Diretor do Fed discursa em eventos - O conselheiro do Federal Reserve Stephen Miran profere discurso em eventos às 16h30 e às 19h (de Brasília).

Lula visita instalação do Butantan em São Paulo - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita às 9h10 o Centro de Produção de Vacina contra a Dengue do Instituto Butantan (PVD) em São Paulo. Às 10h, participa de cerimônia de anúncios relacionados à infraestrutura de produção de insumos e imunobiológicos do instituto. Às 15h, visita a Unidade Móvel de Exames por Imagem instalada no Paço Municipal de Mauá (SP). Às 15h30, participa de cerimônia de anúncios de investimentos em educação e saúde em Mauá. Às 17h45, volta para Brasília a partir do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Congresso instala Conselho de Comunicação Social - O Congresso instala, às 14h, a 7ª composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso, com eleição de presidente e vice-presidente.

CPMI do INSS faz oitivas de deputado e empresário - A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS reúne-se às 16h para as oitivas do deputado estadual Edson Cunha de Araújo e do empresário Paulo Otávio Montalvão Camisotti.

Galípolo recebe representante do Tesouro dos EUA - O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, tem três compromissos. Das 9h30 às 10h25, ele palestra no evento Estabilidade Financeira e Perspectivas para

2026 e 2027, promovido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), em São Paulo. Das 14h às 15h, terá audiência com Gustavo Henrique de Sousa, presidente do Banco BV; Roberto Padovani, economista-chefe, e Carlos Renato Bonetti, diretor de Riscos, no edifício do BC em São Paulo. Das 15h35 às 16h30, a reunião é com Adam L. Goldsmith, Financial Attaché (representante oficial de alto nível) para América do Sul do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O encontro também será em São Paulo.

Diretor do BC profere palestra em evento do ABBC - Gilneu Vivan, diretor de Regulação do Banco Central, palestra das 11h às 12h30 sobre "A Importância do Banco Central na Estabilidade Financeira", no evento promovido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), em São Paulo. Às 16h, ele tem reunião com representantes da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), em São Paulo. Nilton David, diretor de Política Monetária, tem três audiências na segunda, todas para tratar de conjuntura econômica. Às 10h, é com representantes da Porto Asset Management; às 11h, com representantes da Tullett Prebon; às 15h30, com investidores, em reunião organizada pela Genial Investimentos. Os despachos são em São Paulo. Ailton de Aquino, diretor de Fiscalização, e Rodrigo Teixeira, diretor de Administração, estão de férias. Os demais diretores têm apenas despachos internos em Brasília ou São Paulo.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2026/02/09/agenda-do-dia-falas-de-galipolo-e-de-dirigentes-do-fed-sao-destaque.ghtml>

Agenda de desregulação alimentou crime organizado, diz ministro da CGU

Por Fernando Exman e Tiago Angelo - De Brasília

O ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, afirmou que, encerrada a sindicância interna aberta pelo Banco Central (BC) para apurar eventuais falhas na supervisão do Banco Master, a CGU irá avaliar se será necessário abrir um processo de responsabilização (PAD). "Nós vamos avaliar se é o caso de a CGU avocar esse processo e conduzir ele aqui ou se é o caso do Banco Central conduzir lá. Mas isso vai ser feito certamente em diálogo com o Banco Central", declarou, acrescentando que não há conclusões preliminares sobre o caso. "Quem está conduzindo é o Banco Central e, eu tenho certeza, com a máxima prioridade."

Em entrevista ao Valor, ele rebateu pesquisas de percepção segundo as quais há piora no combate à corrupção no Brasil. Detalhou o plano de trabalho da CGU na fiscalização de emendas parlamentares, assim como a participação da pasta nos esforços coordenados de combate ao crime organizado. "Talvez, sob uma ideia de liberdade econômica, tenha se instaurado um vale-tudo. Sem regras não é liberdade econômica, é libertinagem econômica. E a gente precisa cuidar muito e estabelecer as regras, criar um ambiente de negócio seguro para os investidores e para os empresários sérios neste país", destacou. A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: A CGU foi acionada para atuar na sindicância do Banco Central sobre a liquidação do Master. Qual é o papel da CGU e quais as perspectivas desse trabalho?

Vinicius Marques de Carvalho: Na verdade, o que nós temos é uma investigação conduzida pela Polícia Federal e pelo Banco Central, cada um fazendo o seu trabalho. A nossa corregedoria trabalha estruturando o sistema de corregedorias, que é o chamado "Siscom". Dentro desse contexto, quando o Banco Central abre uma sindicância para avaliar a conduta de servidores, ex-diretores, seja lá quem for, é função do sistema de corregedoria, sob supervisão da CGU, olhar o que está acontecendo, acompanhar e até assessorar o Banco Central na medida do possível, à medida que o Banco Central também demande isso. Essa é a tarefa que hoje a CGU está exercendo. Nesse caso, como em outras investigações que estão em curso, é o resultado de um trabalho conjunto de várias

instituições se coordenando e restabelecendo o império da lei no Estado brasileiro. Nós tivemos um período, infelizmente, de um certo apagão institucional do ponto de vista das instituições de fiscalização e controle. Talvez, sob uma ideia de liberdade econômica, tenha se instaurado um vale tudo. Sem regras não é liberdade econômica, é libertinagem econômica. E a gente precisa cuidar muito e estabelecer as regras, criar um ambiente de negócio seguro para os investidores e para os empresários sérios neste país.

Valor: Quais são os procedimentos que a CGU vai adotar?

Carvalho: Por enquanto, o papel da CGU é acompanhar o que o Banco Central está fazendo e auxiliar o trabalho da corregedoria do BC. Isso é uma atividade tradicional do sistema de corregedorias. Claro que é um caso complexo e chama atenção, é natural. Encerrada essa sindicância do Banco Central, nós vamos avaliar, se for necessário, abrir um processo de responsabilização. Um PAD [processo administrativo disciplinar]. Nós vamos avaliar se é o caso de a CGU avocar esse processo e conduzir ele aqui ou se é o caso do BC conduzir lá. Mas isso vai ser feito certamente em diálogo com o BC. Quem está conduzindo é o Banco Central e, eu tenho certeza, com a máxima prioridade.

Valor: O senhor está falando dessa coordenação institucional e a gente vê muitas ações conjuntas. Por outro lado, mais uma vez há rumores de que vem um "acordão". Em breve deve sair uma nova pesquisa da Transparência Internacional que trata da percepção de corrupção em vários países e, embora ocorram muitas ações, a percepção, segundo pesquisas e até o senso comum, é de preocupação no Brasil. Por que isso acontece?

Carvalho: Pesquisas de percepção, de uma maneira geral, têm um problema que é o que a gente chama de "viés de visibilidade". Quando você combate a corrupção, fiscaliza e sanciona, a tendência é que casos apareçam e ganhem repercussão. Isso pode contaminar a percepção das pessoas de que tem mais corrupção do que tinha antes quando, na verdade, o que você tinha antes era ausência de investigação. Alguns exemplos: Carbono Oculto, Compliance Zero e o próprio caso da Operação Sem Desconto, sobre o

INSS, são todas situações que começaram lá atrás e foram detectadas neste governo. E essa pesquisa tem outros problemas metodológicos, porque ela compara países utilizando subíndices específicos diferentes para comparar cada país. [Vamos divulgar] uma pesquisa da OCDE, esta sim baseada em entrevistas com a população, enquanto a pesquisa da Transparência Internacional é feita com especialistas, normalmente gente do mercado e outras pessoas que a gente não sabe exatamente quem são. E a confiança no governo subiu.

Valor: O senhor pode antecipar o que diz essa pesquisa da OCDE?

Carvalho: Teve essa pesquisa em 2022 e uma nova pesquisa em 2025: a confiança no governo federal era 26% e subiu para 38%, a satisfação com o sistema de saúde era 35% e subiu para 43%, com o sistema de educação era 30% e foi para 45%, com serviços administrativos subiu de 32% para 52%, a percepção de que seu pedido de benefício seria tratado com justiça saltou de 33% para 48% e a confiança na própria capacidade de participação na política foi de 35% para 42%. Aumentar a confiança da população no Estado é imprescindível para você garantir a defesa da democracia e a defesa do Estado de Direito.

Tivemos um período de certo apagão institucional do ponto de vista das instituições de fiscalização e controle"

Valor: Mas, quando vem uma operação ou a informação de uma fraude do tamanho da que teve no **INSS**, por exemplo, isso não enfraquece a confiança no Estado?

Carvalho: À medida que o Estado avança nas políticas públicas, a agenda de controle e fiscalização tem que caminhar junto. Essa situação específica foi uma fraude de associações contra aposentados e pensionistas, que contou com a participação - pelo menos essa é a suspeita - de servidores do **INSS**. É claro que isso é ruim do ponto de vista da confiança da população em uma determinada instituição. Agora, muito mais relevante nesse caso é a gente pensar e saber que a atuação do governo, por meio de seus órgãos de controle, foi muito eficiente e rápida, na medida em que nós fizemos uma investigação que durou nove meses, auditoria e atuação da Polícia Federal. Nós estamos responsabilizando, resarcimos a população e reorganizamos essa agenda no **INSS**.

Valor: Há críticas de que demorou-se a agir. Elas não são justas?

Carvalho: Não. Compare com outras grandes investigações que aconteceram no país. Quando a

investigação estoura, ela se refere muitas vezes a coisas que aconteceram três ou quatro anos atrás.

Valor: O senhor tem outros exemplos de achados?

Carvalho: Nós chegamos na CGU e identificamos, junto com o Tribunal de Contas da União, só no Cadastro Único um rombo de R\$ 20 bilhões. Auxílio caminhoneiro, auxílio taxista, tudo criado em cima da hora ali para ganhar a eleição, mais R\$ 2 bilhões. Fraudes do Farmácia Popular: mais R\$ 2,5 bilhões. Consignados do Auxílio Brasil, R\$ 7,5 bilhões, cobrando nos juros da população o dobro do consignado do **INSS**. São uns R\$ 30 bilhões que dá para construir milhares de creches. Falando especificamente sobre operações especiais, do combate à corrupção stricto sensu, nós estamos concentrando as investigações em grandes esquemas do andar de cima e desconstruir cadeias do crime organizado. No ano passado, também batemos recordes de número de processos de responsabilização instaurados, mais de 115. Foram 628 relatórios de auditoria, um aumento de 40% em relação a 2022. Desse total, 388 começaram a partir do uso de uma ferramenta de inteligência artificial.

Valor: Em relação à opacidade do Estado, no entanto, no caso do Master houve notícia que Daniel Vorcaro esteve no Palácio do Planalto tantas vezes, mas não se sabe exatamente com quem ele foi falar. Essa transparência das agendas oficiais, exigida por lei, ainda é um problema. Como e quando vão resolver?

Carvalho: Avançamos muito. O E-Agendas, que é o sistema eletrônico em que todos são responsáveis por colocar as informações ali - o alto escalão do governo federal - teve 390% de aumento nos registros entre os governos Bolsonaro e Lula. A gente saiu de 6% de pessoas verificadas para 90 e poucos por cento. São significativos os avanços, só que é um trabalho que não para.

Valor: Os acordos de leniência foram deixados de lado?

Carvalho: De forma alguma. Também são instrumentos determinantes, porque os acordos de leniência derivam compromissos das empresas com programas de integridade. Em 2025 foram quatro acordos de leniência celebrados, e sete novas propostas feitas que estão em negociação. R\$ 1,3 bilhão em valor pago. Não podemos abrir mão de que essas colaborações de fato sejam efetivas, tragam contribuições robustas para o caso, provas, elementos que de fato permitam a alavancagem investigativa. A era dos acordos de leniência que alguém vai lá e conta uma história, celebra um acordo e sai sem pagar nada a gente tem que deixar para trás.

Valor: A CGU também está envolvida na fiscalização das emendas parlamentares, inclusive em operações recentes. Quais são os próximos passos?

Carvalho: O ministro [do STF Flávio] Dino determinou que nós apresentássemos um calendário. Nós apresentamos, ele pediu algumas revisões e nós vamos entregar uma nova versão para ele. O trabalho vai acontecer em cinco frentes. Emendas Pix, as transferências especiais, em 20 municípios em cinco regiões do Brasil. Emendas na área de saúde, mais dez municípios. Um trabalho sobre o Dnocs [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas] que foi determinado que fosse feito. Um trabalho sobre aquisição de máquinas e equipamentos, que também você não conta em número de municípios, faz uma coisa transversal. E também continuar o trabalho na análise da atuação de entidades da sociedade civil.

Valor: Com os instrumentos disponíveis hoje, é possível dizer que as emendas são totalmente rastreáveis?

Carvalho: Sim. Há algumas soluções operacionais para serem efetivadas, mas agora a gente vai partir para um caminho de transparência por desenho em que todas as emendas com seus respectivos apoiadores estarão lá presentes num tempo muito mais ágil de inserção dos dados.

Valor: Há notícias de infiltração do crime organizado nas áreas responsáveis por licitações e contratos em prefeituras, por exemplo. Isso é uma preocupação da CGU em relação ao uso de dinheiro público na ponta?

Carvalho: Sim. O crime organizado também se nutriu de uma agenda de desregulação, desregulamentação, destruição ou desmobilização desses aparatos de fiscalização e controle. Isso facilitou a criação de novos mecanismos de lavagem de dinheiro e a entrada do crime organizado em setores da economia formal. Então, os órgãos reguladores têm que regular o mercado não só corrigindo falhas de mercado, que é a visão econômica tradicional, mas eles precisam corrigir e criar mecanismos para evitar essa captura da atividade regulada pelo crime organizado. Isso impõe uma agenda com maior nível de coordenação dentro do próprio governo federal, mas também com Estados e municípios. Ela é desafiadora, sem dúvida alguma, mas eu não tenho dúvida de que o Estado brasileiro vai vencer mais essa batalha.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Agenda de desregulação alimentou crime organizado, diz ministro da CGU

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/02/09/agenda-de-desregulacao-alimentou-crime-organizado-diz-ministro-da-cgu.ghtml>

Haddad prepara sua passagem de bastão no Ministério da Fazenda (ESPLANADA)

Raphael Pati +

Em meio à troca de peças no tabuleiro do governo federal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é considerado uma peça-chave para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições deste ano. Embora já tivesse demonstrado desinteresse em concorrer para mais um pleito em 2026, Haddad se mantém fiel ao padrinho político assim como em 2018, quando concorreu à Presidência no lugar de Lula, que cumpria pena em Curitiba após ser preso no âmbito da Operação Lava-Jato.

A estratégia mais ventilada nos bastidores do Planalto é o ministro concorrer ao Senado por São Paulo, enquanto Simone Tebet, titular do Planejamento e Orçamento, sairia como candidata ao Palácio dos Bandeirantes, para concorrer com o atual governador Tarcísio de Freitas. Pelo menos 20 ministros devem deixar o cargo para disputar as eleições.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A legislação eleitoral determina que ocupantes de cargos públicos - como ministros, prefeitos, governadores e magistrados - deixem o posto até seis meses antes do primeiro turno das eleições, marcado para o dia 4 de outubro. No caso de candidatos que ocupam algum cargo de direção em entidades mantidas por contribuições impostas pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela **Previdência Social**, o prazo estabelecido para que deixem a função é de quatro meses antes do pleito.

No caso de Haddad, a expectativa é que ele deixe o ministério da Fazenda ainda neste mês, para dar lugar ao número 2, Dario Durigan, que ocupa a secretaria-Executiva desde maio de 2023. Ele assumiu o cargo no lugar de Gabriel Galípolo, que hoje é o presidente do Banco Central. Embora já tenha admitido que não será mais ministro até o final de fevereiro, quando questionado sobre uma possível data de despedida, Haddad prefere deixar isso na conta de Lula. Só vou sentar com o presidente para ver a melhor data, disse o chefe da pasta, no dia 29 de janeiro.

Na alta cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT), o nome do ministro da Fazenda é tratado como uma

espécie de coringa. A avaliação do presidente da sigla, Edinho Silva, é de que Haddad pode se candidatar ao que quiser, mas que isso deve ser definido dentro do partido nos próximos meses. O que existe é a necessidade de diálogo para entender a responsabilidade e o papel que ele poderá exercer no processo eleitoral, disse Edinho durante evento de aniversário de 46 anos do PT.

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu também defendeu a candidatura de Haddad e reforçou o apoio à permanência de Geraldo Alckmin na vice-presidência. Isso foi um pacto político, uma espécie de contrato que nós assinamos com a sociedade brasileira, que a aliança entre o Lula e o Alckmin criaria as condições para nós vencermos a eleição, disse o ex-ministro, que deve disputar por uma cadeira na Câmara dos Deputados após ficar 20 anos afastado da Casa, por crimes cometidos no Mensalão.

Prós e contras

Haddad diz deixar a Fazenda com a sensação de dever cumprido, tendo contribuído para entregar promessas de campanha de Lula como a aprovação da **reforma tributária**, a isenção do Imposto de Renda (IR) e a ampliação de programas sociais como o Auxílio-Gás e o Bolsa Família.

Apesar dos trunfos mencionados, a dificuldade de controlar o aumento da dívida pública, que chegou a 78,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no final do ano passado, é uma das principais manchas na gestão de Haddad, na avaliação de especialistas consultados pelo Correio. Para o economista e consultor da GO Associados Luccas Saqueto, a gestão do ministro entregou marcos relevantes, mas deixou a impressão de uma equipe econômica condenada ao esforço permanente, sem garantia de resultado. O fiscal, em particular, lembra Sísifo - figura mitológica grega - a cada sinalização de disciplina e tentativa de ancorar expectativas, um novo empurrão político faz a pedra rolar de volta, avalia.

Ainda no primeiro ano de governo, a equipe econômica elaborou o novo arcabouço fiscal, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e substituiu o antigo teto de gastos, que era taxado como atrasado e sem eficácia. Entretanto, a nova regra ainda é amplamente criticada por economistas, entre eles o

ex-presidente do Insper Marcos Lisboa, que, no último mês de outubro, disse em entrevista ao Correio que a nova regra já nasceu morta .

O texto inicial do novo regime fiscal previa que o governo atingisse um superavit de 0,5% no ano passado. No entanto, esse ponto foi deixado de lado logo no segundo ano de vigência do arcabouço, quando a equipe econômica passou a projetar deficit zero em 2025 e superavit em 2026. Com um plano já desenhado pela Fazenda, o sucessor de Haddad terá o compromisso de atingir o primeiro resultado positivo das contas públicas no governo Lula 3.

Legado

Apesar do descontrole na parte fiscal apontado por economistas, o ministro deixa o cargo com resultados positivos, como o nível mais baixo de desemprego da série histórica e a **inflação** em queda e abaixo do teto da meta, de 4,5%. O governo conseguiu entregar um resultado fiscal melhor ao mesmo tempo em que ele paga Bolsa Família de R\$ 600, promove reajustes reais do salário mínimo todo ano, incorpora alguma reposição salarial de **servidores públicos** que vinham com perdas salariais acumuladas dos oito anos anteriores a esse governo , destaca o doutor em Economia e professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão.

Durante os três anos em que esteve à frente da Fazenda, Haddad criticou o nível da taxa básica de juros, principalmente durante a gestão do ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Após a chegada de Galípolo ao BC, o chefe da pasta intensificou a interlocução com a política monetária, mas manteve as críticas à Selic, que chegou a 15% ao ano em junho do ano passado. Na declaração mais recente, ele defendeu que a taxa deveria estar em um dígito e disse que conversa com Galípolo sobre os impactos dos juros na política econômica, defendendo que o patamar atual dificulta, inclusive, o trabalho fiscal.

O ministro também puxou para si o debate sobre a tributação do andar de cima , reforçando que os mais ricos não pagariam imposto no Brasil, ao mesmo tempo em que as classes mais baixas são as mais prejudicadas com a carga excessiva. A aprovação da isenção de IR para até R\$ 5 mil foi uma das vitórias mais comemoradas por Haddad durante a gestão, e se tornou uma das principais bandeiras de Lula durante a campanha de 2022.

Eu diferenciaria o legado do Haddad no legado de longo prazo, que tem a ver com a **reforma tributária** e essa questão de mudança estrutural da política tributária brasileira, que terá efeitos de longo prazo

muito persistentes e muito positivos, e o legado de curto prazo, que tem a ver com a capacidade que o ministro teve de conciliar uma redução bastante significativa do deficit fiscal, mantendo programas sociais que são essenciais para o país, para muita gente , acrescentou Benito Salomão.

Site:

<https://www.correobraziliense.com.br/economia/2026/02/7350615-haddad-prepara-sua-passagem-de-bastao-no-ministerio-da-fazenda.html>

Estatais dependentes estão na mira do governo

Edna Simão Brasília

O governo federal está fazendo uma reestruturação em empresas estatais federais que atuam em setores como abastecimento e segurança alimentar, comunicação e tecnologia, defesa e transportes, para encontrar formas de reduzir a dependência dessas companhias do Tesouro Nacional.

A ideia é identificar, por exemplo, quais têm condições de assinar contratos de gestão com os ministérios supervisores. Com isso, essas empresas teriam mais flexibilidade financeira para utilizar o aumento de receitas próprias para alavancar investimentos, pois deixariam de estar sujeitas aos limites de gastos **impostos** à União.

A possibilidade de firmar esses contratos foi regulamentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em junho do ano passado. Das 44 estatais federais, 17 são dependentes. Do total das dependentes, apenas a Telebras assinou, em setembro, contrato de gestão com o Ministério das Comunicações.

No momento, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) também cumpre os requisitos para fechar esse tipo de contrato. O governo também estuda a viabilidade desse instrumento para o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). "A Ceitec a gente gostaria [que tivesse assinado contrato de gestão], mas a empresa não conseguiu atingir 40% de receita própria", destacou um técnico do governo.

Os contratos só poderão ser pleiteados por empresas dependentes que tiverem Índice de Sustentabilidade Financeira (ISF) igual ou superior a 0,4, ou seja, capazes de bancar 40% de suas despesas operacionais. Esses contratos terão duração de cinco anos, podendo ser prorrogados por mais cinco, caso haja evolução das receitas em relação às despesas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Partido da líder do Japão vence e abre porta para debate sobre "cláusula da paz"

Leo Lewis

A primeira-ministra Sanae Takaichi conseguiu uma vitória esmagadora na eleição geral antecipada do Japão, dando ao seu Partido Liberal Democrata (PLD) uma supermaioria na Câmara dos Deputados.

Sozinho, o PLD garantiu 316 assentos, ultrapassando confortavelmente a maioria absoluta de 261 assentos na Câmara dos Deputados, que tem 465 membros e que é a mais poderosa das duas câmaras do parlamento japonês.

Nunca desde sua criação, em 1955, o partido havia ultrapassado a marca de 300 cadeiras. Com 36 assentos conquistados pelo seu novo aliado, o Partido da Inovação do Japão, a coligação governamental de Takaichi conquistou 352 assentos.

O resultado abre caminho para uma possível mudança na Constituição japonesa. No entanto, emendas à carta magna ainda dependeriam de maioria de dois terços na câmara alta e da aprovação popular em referendo.

Em entrevista na noite de domingo, Takaichi afirmou que o PLD disputou a eleição defendendo mudanças relevantes nas políticas públicas, especialmente na economia e no **impostos**. "Se a população nos apoiou, temos o dever de enfrentar esses desafios com todas as nossas forças", declarou.

Ela também indicou que pretende usar a ampla maioria imediatamente e disse desejar um debate no Parlamento sobre a revisão da Constituição de 1947, que nunca foi alterada. Uma possibilidade é a revisão da chamada "cláusula da paz", tão aclamada pelos defensores do pacifismo japonês, e que estabelece que o país renuncia à guerra.

Takaichi apostou seu governo, que teve início há três meses, na ideia de que o país apoiaria seu conservadorismo direto, as promessas de uma nova era de prosperidade e os compromissos de maior investimento público.

A decisão de Takaichi de convocar eleições ocorreu em meio ao crescente desconforto econômico da população, insatisfeita com a **inflação** dos alimentos e a estagnação dos salários. A piora do cenário

geopolítico, somada às crescentes dúvidas sobre o compromisso dos Estados Unidos com aliados tradicionais, levou parte do eleitorado a apoiar Takaichi, uma nacionalista que se apresenta como defensora ferrenha dos interesses do Japão no cenário global.

Após os resultados, ela manteve uma postura cautelosa em relação à política fiscal e à redução do imposto sobre consumo. Reiterou que defende uma política fiscal sustentável, mas ainda precisa acalmar investidores em relação a seus planos de gastos.

Tobias Harris, analista político e fundador da consultoria Japan Foresight, disse que Takaichi deve se sentir "legitimada" pelo resultado. "Ela tem ambições, recebeu um apoio enorme e provavelmente usará esse poder para enfrentar as últimas restrições que restam, como aquelas impostas pelo Ministério das Finanças", afirmou.

Neil Newman, estrategista para o Japão na Astris Advisory, disse que a vitória recoloca o PLD no comando e deve acelerar investimentos para sustentar a economia. "O Japão não vai mais **temer** ou tolerar ameaças comerciais da China, mas investirá para neutralizá-las. Nós, investidores, temos um Japão totalmente novo para reavaliar a partir de segunda-feira", afirmou. (Com agências internacionais)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

A economia que não se pode adiar (Artigo)

Mônica Sodré

O Brasil de 2026 enfrenta uma encruzilhada silenciosa, mas decisiva. Enquanto o debate público se concentra nos indicadores de curto prazo e em escândalos, cinco transições estruturais - climática, energética, digital, geopolítica e corporativa - redefinem as regras do jogo econômico global. Nossa capacidade de antecipá-las e gerenciá-las determinará não apenas taxas de crescimento, mas nosso lugar no mundo das próximas décadas.

O primeiro desafio é garantir que um de nossos principais ativos, o agronegócio, continue a ser um pilar de riqueza diante da reconfiguração do tabuleiro global da agricultura, e da alteração do mapa da produção de alimentos, resultado de um planeta que esquenta e que teve em 2025 o terceiro ano mais quente da história, de acordo com dados do observatório climático da União Europeia, o Copernicus Climate Change Service.

Alterações no regime de chuvas e o aumento da temperatura média não são mais cenários hipotéticos e sim variáveis que impactam a produtividade do café, da soja, do cacau e definem o mapa do stress hídrico do país. As perguntas cruciais para o planejamento público e privado são: temos clareza sobre como nossa economia se comportará nos diferentes cenários de aquecimento? Temos uma estratégia para redução e gestão de riscos e vulnerabilidades? Sem um diagnóstico preciso dos impactos no emprego, na renda e no PIB regional, estamos navegando no escuro e alocando recursos de forma pouco eficiente. É estratégico que o Estado promova as respostas necessárias e propicie as trajetórias de engajamento e de adaptação do setor produtivo.

Paralelamente, a transição energética exige uma nova engenharia econômica e fiscal, capaz de responder como financiaremos a necessária transição para uma economia menos intensiva em carbono, uma vez que renováveis não geram dividendos no volume e proporção que suas alternativas fósseis. O petróleo, que hoje injeta cerca de R\$ 100 bilhões anuais em tributos e sustenta orçamentos municipais e estaduais, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de 2024, tem seu horizonte alterado pela exaustão de campos maduros e pela pressão global por descarbonização.

Como financiaremos, então, uma economia de baixo carbono sem impactar, no curto prazo, esta importante

fonte de receita para o orçamento público brasileiro? Além disso, a expansão das renováveis esbarra em gargalos crônicos, como a falta de linhas de transmissão e capacidade de armazenamento e o desperdício de energia gerada. Este não é apenas um tema técnico, mas um debate geopolítico e econômico-financeiro que colocará o Nordeste, com seu potencial renovável, em novo patamar de protagonismo político nos próximos anos.

Nossa inserção internacional também precisa ser mais proativa e estratégica, com uma visão mais contemporânea sobre comércio internacional. Em um mundo fragmentado por guerras e no qual cresce a instabilidade e o protecionismo, o Brasil pode ser um fornecedor global estável de alimentos, energia limpa e minerais essenciais. Para isso, além da necessária adaptação a padrões de sustentabilidade exigidos internacionalmente, como é o caso do Acordo UE-Mercosul, é urgente superar o desconhecimento crônico sobre nossas soluções, como os biocombustíveis e as técnicas de agricultura tropical que sequestram carbono. Precisamos liderar nos fóruns onde as métricas são definidas, "tropicalizando" padrões que hoje não nos favorecem, e empreender um esforço estratégico para reconstruir nossa imagem, ainda ofuscada por velhos problemas crônicos como segurança pública e desmatamento.

Nesse mesmo tabuleiro regional, a situação da Venezuela e a instabilidade projetada sobre a América Latina e sobre todo o globo deixam de ser um tema periférico e passam a integrar a equação de soberania, energia e minerais críticos, em um momento em que o Brasil busca estruturar governança, previsibilidade e inserção competitiva nesses setores. A Venezuela concentra algumas das maiores reservas de petróleo do mundo, inseridas em um contexto de restrições operacionais, reconfiguração institucional e forte influência de dinâmicas geopolíticas externas, justamente quando o sistema global de energia e minerais passa por uma profunda reorganização. Para o Brasil, ignorar esse entorno é desistir de exercer liderança política econômica na América do Sul quando estabilidade, previsibilidade e integração regional se tornam vantagens competitivas, além de uma projeção internacional individual do país.

Ainda, a adaptação precisará ser um imperativo também corporativo. Eventos climáticos extremos já perturbam cadeias de suprimentos, afetam a produtividade do trabalho e exigem resiliência

operacional. Exemplos não faltam: a refrigeração de transporte de alimentos e medicamentos precisará ser intensificada, operações de importação e exportação serão impactadas por danos a infraestrutura portuária, centros de resfriamento para pessoas precisarão ser criados. A mudança também afetará a área de seguros, demandando novas linhas de produtos, o incentivo à adoção de técnicas e ferramentas sustentáveis como critérios para acesso a coberturas e precisaremos, ainda, de novos modelos de financiamento da segurança alimentar brasileira, já que recursos públicos não serão suficientes para cobrir perdas da produção resultado desses eventos.

Por último, como nos posicionaremos diante do futuro da economia digital, que deixa de ser ferramenta comercial e passa a ser infraestrutura crítica para a segurança nacional, com implicações sobre soberania. Decisões sobre parcerias para redes inteligentes, energias renováveis e agricultura de precisão vão determinar não apenas o custo e a velocidade de nossa transição para uma economia de baixo carbono, mas também nosso grau de autonomia estratégica e competitividade futura. Essas opções implicam diferentes níveis de exposição à vigilância estrangeira, de vulnerabilidade a sanções internacionais e de dependência tecnológica. Um exemplo claro está no campo: dados sobre solo, clima e produtividade são ativos sensíveis: se concentrados em mãos estrangeiras, colocam em risco a soberania sobre nossa produção. Da mesma forma, o controle sobre redes de comunicação e satélites afeta diretamente nossa capacidade de monitorar o território e de manter comunicações vitais em crises.

A performance da nossa economia, e o bem-estar das nossas pessoas, dependem das escolhas de hoje num mundo em mudança. Há um ano novo começando, com eleições que se avizinham e, portanto, com novas oportunidades para as escolhas que não podem mais ser adiadas.

Mônica Sodré é CEO da Meridiana, sênior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e cientista política com doutorado pela Universidade de São Paulo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Discriminação - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, continuam sendo discriminados na concessão dos reajustes anuais dos proventos de suas aposentadorias e pensões.

Repetiu-se em 2026 o mesmo procedimento dos exercícios anteriores. Procedimento irregular e incompatível com os dispositivos muito bem definidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que assegura o reajuste anual dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real. Promove-se uma situação desagradável e de punição indevida a cidadãs e cidadãos brasileiros que contribuíram durante dezenas de anos, financeiramente para, ao saírem do mercado de trabalho, serem contemplados com proventos dignos para o gozo de uma vida tranquila, saudável, sem atropelos e de qualidade.

CORREÇÃO

Ao que tudo indica, seguimos um caminho para que os segurados, mantenedores- -beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) sejam igualados em seus proventos, recebendo todos, sem exceção, o correspondente ao valor de um salário mínimo.

Esta situação constata-se pela redução sistemática que vem acontecendo desde setembro de 1991, quando se processou a desvinculação do reajuste anual, com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. No próximo mês de setembro de 2026, completaremos 35 anos de um procedimento inconveniente, nocivo e que somente prejuízo tem causado aos participantes do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), vinculados à **Seguridade Social**. A correção desse malfeito é imperativa.

INSISTÊNCIA

Não podemos, em hipótese alguma, deixar de insistir na apreciação, votação e aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008. Esse projeto tem por finalidade a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões dos segurados do **INSS**. É uma reivindicação que clama por justiça social, motivada pela defasagem financeira que aposentados e pensionistas sofrem há mais de três décadas. Essa defasagem é uma punição aplicada aos aposentados e pensionistas, alegando-se insuficiência de recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes.

Entretanto, os recursos financeiros existem e estão contabilizados na conta **Seguridade Social**, disponibilizados em orçamento próprio para atender a demanda com os gastos com saúde, assistência social e **previdência social**, áreas definidas como **Seguridade Social**.

APELO

Aposentados e pensionistas, prejudicados com a atual política de reajuste anual das aposentadorias e pensões dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), apelam aos atuais deputados federais que concluam processo de Projeto de Lei nº4434/2008, aprovando-o como aconteceu no Senado Federal e Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara, por unanimidade. É uma reivindicação de justiça de social, reconhecendo-se um direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O atual processo para reajuste das aposentadorias e pensões pune cidadãs e cidadãos brasileiros, impedindo-os de viver com dignidade e com prejuízos de grande monta na qualidade de vida.

PENDURICALHOS

Não deveriam existir. No entanto, pelo que já foi divulgado na mídia, existem e contemplam pessoas que, indevidamente, recebem valores elevadíssimos em prejuízo ao erário público. Aposentados, pensionistas e todas as pessoas de bom senso aplaudem a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, corrigindo um malfeito prejudicial a toda a sociedade brasileira.

Que essa correção não seja passageira e sim permaneça para sempre. Seria de bom grado que os recebedores desses favores ilícitos devolvessem o que receberam de penduricalhos. Aposentados e pensionistas aproveitam a oportunidade para solicitar ao ministro verificar a situação dos mesmos com relação à defasagem que vem sofrendo em seus proventos.

ENVELHECIMENTO

Julgamos oportuno transcrever os artigos 8 e 9 da Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa: "o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos

termos desta Lei e da legislação vigente. É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

PRESO

"Quando se vive preso ao dinheiro, ao orgulho, ao poder, é impossível ser feliz" (Papa Francisco).

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA
DISCRIMINAÇÃO

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Petróleo puxa indústria extrativa, que deve ter a maior alta do PIB

LUCIANA DYNIEWICZ

Após ver seu Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer próximo de 9% em 2025 - um desempenho inferior apenas ao do agro, cujas estimativas indicam alta de mais de 10% no ano passado -, a indústria extrativa deve repetir o desempenho positivo em 2026. Projeção do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) aponta para uma expansão de 9,6% no **PIB** do segmento neste ano.

O bom desempenho da indústria extrativa será puxado pelo petróleo, que deve registrar aumento na produção superior a 10%. O minério de ferro, outro componente do segmento, deve avançar cerca de 4%.

A indústria extrativa deverá se contrapor ao agro, que estagnará em 2026 após um 2025 de recordes. Também será o segmento da economia com maior crescimento no ano. O Ibre estima alta de 0,4% no **PIB** do agro, de 1,6% no de serviços e de 2,3% na indústria (sendo 2,2% na indústria da construção civil e 0,5% na de transformação).

Os números expressivos do petróleo decorrem de decisões de investimento feitas há mais de cinco anos, de acordo com o economista Walter de Vitto, da Tendências Consultoria.

Apesar de a pandemia ter derrubado a cotação do barril em 2020, os preços se recuperaram em 2022 com a guerra na Ucrânia e projetos de investimento em novas plataformas foram confirmados à época.

NOVAS PLATAFORMAS. No ano passado, três novas plataformas entraram em operação - duas delas da Petrobras e uma da Equinor -, ampliando a produção do País em 625 mil barris por dia. Outras duas, que somam mais 280 mil barris diários, haviam começado a produzir no fim de 2024.

Também em 2024, houve paralisações de plataformas que operam no País para manutenção, o que diminuiu a produção daquele ano. Com uma base de comparação fraca e com praticamente seis novas plataformas operando, 2025 registrou uma expansão na produção importante (11,4% até outubro).

Em 2026, o desempenho deverá continuar avançando.

O resultado da indústria petroleira brasileira surpreende quando se considera que a demanda global tem crescido timidamente, na casa de 1,2%.

"Há uma bolha de produção aqui", diz Vitto.

A tendência ocorre porque a produção brasileira de petróleo é muito competitiva. A exploração nacional é viável até se o preço do barril estiver ao redor de US\$ 30 - hoje, a cotação está em cerca de US\$ 65. A média de viabilidade financeira no mundo é de US\$ 60.

Nas estimativas do economista Bráulio Borges, diretor da LCA Consultores, a produção de petróleo no País deverá aumentar 40% até 2032. Para 2026, ele também estima alta de 10%. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria extrativa responde só por 3,5% da atividade econômica do País

LUCIANA DYNIEWICZ

Apesar do crescimento esperado de mais de 10% na produção em 2026, o petróleo não tem um peso muito significativo no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. A indústria extrativa (composta sobretudo pelos segmentos de petróleo, mineração e madeira) é responsável por cerca de 3,5% da atividade econômica do País.

A importância do petróleo está principalmente na arrecadação do setor público e na balança comercial, afirma a economista Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/ FGV). Ela lembra que, até 2015, o Brasil dependia da importação de combustível. Hoje, ainda que o País tenha dificuldade no refino, virou um exportador na área. "Um quarto do nosso saldo comercial está vindo do petróleo." Matos acrescenta ainda que o segmento também tem impulsionado os investimentos.

Segundo seus cálculos, do crescimento de 4% nos investimentos no Brasil no ano passado, metade corresponde a plataformas de petróleo.

Levantamento do economista Bráulio Borges, diretor da LCA Consultores, aponta que, de 2011 a 2019, a arrecadação do governo federal com o petróleo foi de 0,9% do **PIB**. Com o crescimento da produção, essa taxa está agora em 1,7%. "Acho que pode se aproximar de 2,5% na próxima década", diz.

Assim como Matos, Borges também destaca que o produto ganhou relevância na balança comercial. "Sempre fomos deficitários em petróleo, mas hoje temos superávit. O petróleo passou a ter importância para gerar divisas para o pagamento de dívida. Isso é relevante para um país com déficit em conta corrente como o Brasil." A relevância do petróleo para a economia do País é destacada por Matos diante das críticas atuais à exploração da foz do Rio Amazonas e à necessidade de abandonar o uso de combustíveis fósseis para controlar o aquecimento global. "Ela (a Margem Equatorial) é muito importante para o País." RECEITA. Fundador do Centro de Energia, Finanças e Desenvolvimento (CEFD), o economista Nicolas Lippolis diz, no entanto, que a dependência arrecadatória hoje é localizada em alguns Estados, como o Rio de Janeiro. Ele afirma ser possível abrir mão de forma gradual desses recursos. "A receita do

petróleo é mal distribuída e mal aproveitada. Não acho que dependamos tanto dela", afirma o economista.

Segundo Lippolis, em relação à segurança energética, seria possível deixar o petróleo conforme novos investimentos fossem feitos em fontes renováveis.

"Agora, do ponto de vista estratégico, parece difícil abdicar unilateralmente da exploração.

É preciso que países busquem um acordo internacionais para limitar a produção.

Esse é o único caminho para alcançar as metas climáticas", diz Lippolis.¹

**

O PESO DO PETROLEO

10% é o crescimento esperado para a produção de petróleo neste ano no País na comparação com 2025

4% foi a taxa de crescimento dos investimentos no País em 2025; deste total, metade corresponde a plataformas de petróleo

1,7% do **PIB** foi a arrecadação que o governo federal obteve com petróleo no ano passado; entre 2011 e 2019 essa taxa havia ficado em cerca de 0,9%

**

Produção de minério de ferro também deve registrar expansão

Apesar de não registrar números como os do petróleo, a mineração também deve crescer em 2026, ajudando o **PIB** da indústria extrativa.

Exportado para a China, que o utiliza na produção de aço, o minério de ferro brasileiro deve ter aumento de 4,2% em sua produção em 2026 - depois de uma alta de 3% em 2025 -, de acordo com dados da consultoria Tendências.

A fabricação de aço chinesa, entretanto, tem recuado.

Ainda assim, com sua alta competitividade, o minério de ferro do Brasil tem tido desempenho positivo.

"O minério de ferro daqui é de excelente qualidade", diz a economista Yasmin Rivelin, da Tendências. Segundo ela, a partir de 2027, porém, o segmento pode começar a enfrentar desafios. Isso porque a produção de minério de ferro deve aumentar na Guiné, acirrando a competição no mercado e podendo reduzir os preços.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Superavit desafia Durigan

Ex-diretor de Políticas Públicas do WhatsApp no Brasil, Dario Durigan levou a experiência no setor privado para o Ministério da Fazenda, onde chegou para substituir Gabriel Galípolo na Secretaria-Executiva.

Apesar da passagem pela empresa de telecomunicações, as raízes do provável novo ministro da Fazenda vêm do serviço público. Servidor de carreira da Advocacia-Geral da União (AGU), ele também assumiu o cargo de assessor da subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil durante o governo de Dilma Rousseff.

De perfil mais conciliador e avesso a crises institucionais, Durigan é o nome que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer na Fazenda para evitar desgastes com a economia no último ano de mandato. Com tempo reduzido, o novo ministro terá o papel de apenas cumprir o que já foi endereçado pela gestão Haddad para este ano. Mesmo assim, ele assume a pasta com o desafio de atingir o primeiro superavit fiscal do governo Lula 3, em um momento de pressão sobre a dívida pública e atividade econômica mais fraca em razão dos juros elevados.

Para o especialista em macroeconomia Samuel Dourado, 2026 deve ser um ano de maior "relaxamento fiscal" no governo, o que deve dificultar ainda mais a tentativa da equipe econômica de atingir um resultado positivo neste ano.

"Isso tende a estimular a economia, o que pode gerar pressão inflacionária.

Em outras palavras, o fiscal não tem ajudado na ancoragem da **inflação**. A **inflação** tem caído nos últimos tempos mais pelo canal de câmbio do que pelos canais de confiança.

Ou seja, a **inflação** deste ano dependerá mais do cenário externo do que do interno", avalia Dourado.

Com a saída de Durigan da secretaria, quem deve assumir o cargo é o atual secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que também tem boa interlocução com Lula e Haddad e mantém um perfil técnico. Na semana passada, também foi anunciado que o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, deve deixar a função para ser diretor no Banco Central. Completando o quadro principal, o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, deve seguir no cargo, enquanto o advogado Regis

Dudena assume a parte de reformas econômicas dentro da pasta.

Apesar da dança das cadeiras, o economista-chefe da Ecoagro, Antônio da Luz, não acredita em grandes mudanças no cenário econômico.

"É a mesma equipe econômica que fez saltar a dívida **PIB** do Brasil, que aprovou uma PEC da Transição de mais de R\$ 200 bilhões e, mesmo assim, fez deficit primário ao longo de 2023, 2024 e 2025, que acabou com a lei do teto de gastos e criou o arcabouço fiscal, que é uma regra frouxa que nem mesmo eles cumpriram, que jogou o país numa descredibilidade fiscal muito grande e elevou o risco país", aponta o economista.

A analista política da BMJ Consultores Associados Raquel Alves também acredita em um ano bem desafiador para a equipe econômica.

"Haverá um aumento da pressão por gasto, o que torna praticamente nula a chance de aprovar algum ajuste real, e tem o cenário internacional, que segue complicado. Então, é uma conjuntura que nos deixa descrentes quanto a ter um superavit.

O governo está otimista, mas a conjuntura está meio contra esse otimismo", destaca Alves, que completa: "Não acho que a tarefa do Durigan, de entregar um superavit com todo esse contexto seja simples e fácil. Acho que é improvável". (RP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/09/all.pdf>

Escassez faz salário inicial subir

VÍTOR VENTURA vitor.ventura@grupojbr.com

A remuneração inicial no mercado formal de trabalho alcançou em dezembro o maior patamar da história para o mês, em meio a dificuldades de empregadores para atrair e reter funcionários e à alta do salário mínimo. Segundo o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, a escassez de mão de obra no comércio é, de fato, a maior dos últimos cinco anos.

O valor médio de admissão com carteira no Brasil cresceu 2,5% acima da **inflação** no mês retrasado ante mesmo período de 2024, a R\$ 2.304, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

A última Sondagem de Escassez de Mão de Obra do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), pesquisa feita entre outubro e novembro do ano passado com 3.973 empresas, mostra que 62,3% delas têm dificuldades em contratar e reter mão de obra, contra 58,7% no mesmo levantamento feito em 2024.

Isso porque as vagas no setor concorrem cada vez mais com a atratividade percebida pelos jovens em ocupações sem carteira, flexibilidade e remuneração imediata maior.

Além disso, outro fator que tem contribuído para o cenário de escassez, conforme explicou ao Jornal de Brasília o doutor em ciências sociais Silvanir Destefani Sartori, são as expectativas dos trabalhadores em relação às condições de trabalho das quais estão dispostos a se submeter.

"Isso, no entanto, está atrelado a um contexto de baixo desemprego, em que é possível aos trabalhadores fazerem movimentos entre postos de trabalho que consideram mais adequados aos seus anseios, sem incorrer no risco da desocupação e/ou desemprego", destacou o cientista social.

Para Freire, "esse cenário reforça a urgência da qualificação profissional em um setor que passa por uma transformação profunda". "Investir na formação e atualização dos trabalhadores, como faz o Senac em todo o Brasil, é fundamental para garantir crescimento sustentável e novas oportunidades." Enquanto isso, trabalhadores, sobretudo os mais jovens, começam a se inserir no mercado de trabalho não com o intuito de

estar necessariamente sob o vínculo formal da CLT, mas procurando benefícios imediatos.

É o caso de Paulo Henrique, de apenas 16 anos, que trabalha em uma barbearia no Gama. O jovem, que é morador de Santa Maria, contou ao JBr que por ora não vê vantagens em futuramente trabalhar com carteira assinada e que prefere continuar atuando como barbeiro, recebendo por percentual a cada corte.

"Eu já pensei [em emprego formal] antes de vir para cá. Só que eu vi que não seria tão bom. Acabou que deu certo aqui na barbearia e eu achei muito melhor", relatou Paulo.

A atratividade para trabalhos como esse tem feito muitos seguirem o exemplo do jovem barbeiro, como analisou Sartori. Isso não significa, entretanto, uma rejeição total ao emprego formal: "A busca dos mais jovens por trabalhos com condições mais flexíveis, em que eles podem ter inclusive mais autonomia no trabalho, se vincula ao fato de que as condições de trabalho oferecidas quando se trata de emprego/trabalho formal têm sido menos atrativas, se comparadas com o trabalho informal. Isso não deve ser associado exatamente a uma rejeição do vínculo formal de trabalho, do emprego, mas a um movimento que envolve a busca por condições de trabalho que melhor atendam às necessidades e expectativas desses jovens trabalhadores", apontou o especialista.

No caso de Paulo Henrique, apesar de preferir o trabalho na barbearia aos empregos em farmácias, mercados e restaurantes, o jovem ainda falou do sonho de garantir a estabilidade. "Eu penso em concluir meus estudos para depois ver se eu consigo algum concurso. Até lá acho que vou ficar aqui mesmo [na barbearia] onde tenho mais tranquilidade", comentou o jovem.

**

Alternativas para um equilíbrio maior

De acordo com Freire, a Fecomércio-DF defende a redução das taxas de juros, que se tornam impeditivos para os investimentos dos empresários.

"Isso permitiria remunerar melhor os trabalhadores", disse.

Freire também destacou que a entidade defende a flexibilização da carga horária de trabalho. "Desde que

feita em negociação coletiva e não com mudança da Constituição, pois o teto de 44 horas, previsto na carta magna, é o limite máximo de trabalho", enfatizou. Enquanto essa maior flexibilidade não chega totalmente nos empregos formais, os mais jovens, em busca de mais autonomia, buscam alternativas em outros meios. Sartori argumenta que é importante considerar que a remuneração dos empregos oferecidos aos jovens, as jornadas não flexíveis e as atividades desempenhadas nas funções, geralmente repetitivas, tornam o modelo menos atrativo.

"É cada vez mais frequente que as condições de trabalhos 'uberizados', o trabalho que a gente chama de trabalhos por aplicativo, atendam em parte esses anseios. Em alguns casos, até mesmo a remuneração imediata desses trabalhos pode ser maior do que no trabalho formal. A problemática é que o trabalho por aplicativo permanece desregularizado no Brasil, e no médio/longo prazo o trabalhador que não se planejar pode se deparar com desassistência em caso de incapacidade para o trabalho, e até desassistência mesmo no momento da aposentadoria." Para o cientista social, esse é um movimento que tende a permanecer.

Algo que pode trazer mais atratividade para o mercado de trabalho formal, conforme Sartori, são modificações nas condições de trabalho, como a que pretende o movimento que visa a extinção da escala 6x1. "Também, cabe às empresas maior disponibilidade em negociar com trabalhadores novas condições de trabalho aderentes às demandas contemporâneas", completou.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-0902202605%20-%208182365d5e93072ee1f23dcfc29776ad.pdf

Pela ampliação do debate (Artigo)

Luís Eduardo Assis

Luís Eduardo Assis Economista, autor de "O Poder das Ideias Erradas" (Ed. Almedina), foi diretor de Política Monetária do Banco Central e professor de Economia da PUC-SP e FGV-SP. E-mail: luiseduardoassis@gmail.com

Aessa altura, até as capivaras do Rio Pinheiros conversam nos sábados à tarde a respeito da flagrante contradição da política econômica atual: de um lado, juros altos para conter a demanda e domar a **inflação**; de outro, gastos públicos copiosos que impedem a contração da demanda. A ironia, notam os roedores, é que ao manter o nível de atividade da economia, a expansão fiscal exige juros ainda mais altos, criando uma poderosa alavancagem de concentração da renda (algo que um governo do PT supostamente deveria combater).

Por mais que esse seja o núcleo duro do problema, é possível avançar na discussão.

Há mais na explicação dos juros altos do que apenas a política fiscal. A manipulação da Selic, como forma única de combate à **inflação**, é pouco eficiente nas condições atuais. O Índice de preços dos produtos comercializáveis calculado pelo Banco Central, por exemplo, reflete basicamente as variações nos preços internacionais das commodities, que não respondem à taxa Selic. O mesmo ocorre com os preços administrados.

Esses dois itens podem explicar (num modelo de regressão linear múltipla) quase 90% da variação anual do IPCA dos últimos 20 anos. Em trabalho recente (A anomalia na política monetária do Brasil, Made- USP), o economista Demian Fiocca busca demonstrar por que a ineficiência da política monetária também explica o alto patamar da Selic. Em comparação com países em desenvolvimento que adotam o regime de metas, os juros básicos no Brasil foram 638% mais altos no período entre 1999- 2023.

A razão seria a baixa eficácia dos canais de transmissão da Selic, causada, entre outros fatores, pelo grande volume de títulos com juros flutuantes, o que gera um efeito renda positivo quando a Selic se eleva.

Ou seja, há uma injeção de recursos na economia (apropriada pelos investidores) sempre que os juros sobem, diluindo o impacto contracionista sobre a

demand. A autoridade monetária deve, portanto, praticar juros mais elevados e por mais tempo para que a terapia tenha eficácia.

O mesmo efeito ocorre na oferta de crédito. Se boa parte dos títulos detidos pelas tesourarias é pós-fixada, o aumento da Selic tem "efeito muito fraco ou mesmo nulo na postura dos bancos, e, assim, na contenção da oferta de crédito", registra D. Fiocca. Isso, claro, sem considerar que os bancos públicos são estimulados a adotar políticas de crédito que contrariam o objetivo contracionista do Banco Central.

O debate é amplo e necessário.

Ganharíamos todos se pudéssemos ir além das planilhas simplórias dos "traders" da Faria Lima, ainda dentro dos cânones da macroeconomia convencional. O tema interessa a todos. Nesse sentido, é muito oportuna a indicação de dois economistas com tradição acadêmica para a diretoria do Banco Central. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Onças brasileiras" devem sair ganhadoras de acordo UE-Mercosul

Anaïs Fernandes e Grace Vasconcelos

Apesar de contarem com participação menor da União Europeia em suas exportações totais, Estados conhecidos como "onças brasileiras" devem sentir um impacto positivo maior do acordo comercial do bloco com o Mercosul. É o que aponta um relatório do Futura Inteligência, instituto de pesquisa da Apex Partners.

A ideia de "onças brasileiras" faz referência aos "tigres asiáticos", grupo de países que lideraram o crescimento daquele continente na segunda metade do século XX. No caso brasileiro, as "onças" representam Estados que apresentam um conjunto de fatores como desenvolvimento econômico consistentemente acima da média nacional, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado, eficiência governamental e estabilidade institucional.

A Apex considera como "onças brasileiras" os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e, em menor medida, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

As onças brasileiras tiveram 12,9% de suas exportações destinadas à UE em 2025, uma participação inferior aos 14,3% observados para o Brasil como um todo no período, aponta o relatório.

Ainda assim, diz, a expectativa é de um impacto positivo mais expressivo do acordo na economia das onças, porque a pauta exportadora desses Estados tem participação maior de commodities e produtos da agroindústria, segmentos que tendem a ser mais beneficiados com a entrada em vigor das novas regras comerciais.

A participação da agroindústria no valor das exportações para a UE é de 67,4% entre as onças, ante 23,8% nos demais Estados, segundo a Apex.

Os três principais produtos exportados pelas onças à UE taxados atualmente são café não torrado (US\$ 6,2 bilhões), farelos de soja e outros alimentos para animais (US\$ 3,2 bilhões) e tabaco (US\$ 1,1 bilhão). Esses produtos enfrentam tarifas médias de exportação de 4,2, 1,6% e 5,6%, respectivamente. Com o acordo, boa parte do café deve ter uma eliminação imediata das tarifas, enquanto farelos de

soja/outros alimentos para animais e tabaco passarão por uma eliminação gradual, segundo a Apex.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) também aponta a região Centro-Oeste como a de maior ganho potencial com acordo, pela produção de carne e soja, além de ver ganhos líquidos claros para o Sul, forte em carnes, fumo e alimentos processados. Ambas são regiões que contam com Estados onças.

Mas o levantamento do FGV Ibre chama a atenção também para o ganho potencial do Nordeste, principalmente pela produção de frutas tropicais, mel e açúcar.

"Além disso, o Nordeste importa pouco da UE, o que tende a estimular mais as exportações da região do que gerar ameaças por meio das importações, já que a região não possui parque industrial significativo que possa ser fortemente afetado pela concorrência externa", afirma Flávio Ataliba, pesquisador associado e coordenador do Centro de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibre.

Diferentemente do Norte - que tem produtos naturais com potencial de exportação à UE, especialmente os ligados à floresta amazônica, mas que vai enfrentar problemas nas barreiras não tarifárias do acordo, com exigências sanitárias e fitossanitárias -, o Centro-Oeste já atende a muitos desses critérios, aponta Ataliba. Por lá, diz, o desafio maior será a produção se condicionar à agenda ambiental e de rastreabilidade da produção.

Já no Nordeste, as dificuldades estruturais se relacionam à capacidade dos produtores de escoar sua produção para a Europa, afirma. "Isso envolve infraestruturas ferroviárias e rodoviárias adequadas, além de maior eficiência logística nos portos da região para viabilizar as exportações."

Parte das vantagens das onças brasileiras, como Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná, é exatamente já ter uma infraestrutura logística para ajudar a escoar o potencial aumento das exportações, aponta a Apex.

Apesar de muitas cidades nos Estados onças também já terem um IDH relativamente elevado, Orlando Caliman, diretor econômico da Apex Partners, diz ver potencial de ganhos com o acordo para a sociedade

de uma forma mais ampla, não apenas para grandes latifundiários.

"No Espírito Santo, o tamanho médio das propriedades é de 33 hectares; em Santa Catarina, de 32 hectares. São pequenas propriedades, no Espírito Santo, de café, mamão, gengibre; em Santa Catarina, de frutas, frango. Muitos já produzem, inclusive, com certificação. Eu acho que o pequeno produtor tem chance até de se antecipar aos ganhos potenciais lá na frente."

Para o Nordeste, no entanto, Ataliba diz que o cenário é mais complexo. "É uma região que, historicamente, apresenta condições inferiores em termos de capital humano e de mão de obra qualificada, o que pode dificultar a inserção internacional. Além disso, como a atividade econômica no Nordeste é mais pulverizada, há maior dificuldade de regulação de todos esses exportadores", afirma.

Em 2025, a UE representava US\$ 49,8 bilhões das exportações (14,3%) do Brasil e US\$ 50,3 bilhões das importações (17,9%). A expectativa, segundo a Apex, é de crescimento de cerca de 3% tanto nas exportações quanto nas importações do Brasil até 2040.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou, por causa do acordo, um aumento de 0,46% no **PIB** do Brasil até 2040. Caso a projeção se concretize, o Brasil seria o país com maior ganho percentual de **PIB** entre os participantes, à frente da UE (0,1%) e dos demais países do Mercosul sem contar o Brasil (0,2%).

A estimativa do Ipea foi feita antes das salvaguardas, que podem reduzir a magnitude dos ganhos, nota a Apex. "Paraná e Santa Catarina, por exemplo, podem ter mais problemas, porque são os maiores exportadores entre as onças de produtos que estão incluídos nas salvaguardas. Eles poderiam ter algum problema à medida que o Brasil chegassem ao teto das cotas, que são definidas por país", diz Caliman. Tanto Paraná quanto Santa Catarina têm entre seus principais produtos exportados à UE carnes, que entraram nas cotas de proteção.

O Bradesco observa que o cenário com o acordo é positivo em termos de margem e valor para as proteínas brasileiras, mas deve ter pouco impacto em volume. "Em 2025, o Brasil exportou 85 mil toneladas para a UE, ou seja, mesmo nas atuais condições tarifárias, o país já cumpriria sozinho 85% da cota de 99 mil toneladas destinada a todos os países do bloco [Mercosul], que seria faseada em cinco anos", diz o relatório.

Por outro lado, Caliman observa que Paraná e Santa Catarina também exportam máquinas e equipamentos e podem se beneficiar do acesso a tecnologias europeias, cuja transferência é prevista no acordo. "Eles poderão ganhar competitividade, não só no mercado europeu, como fora dele."

Caliman reconhece que o acordo, assinado formalmente em janeiro deste ano após mais de duas décadas de negociação, ainda vai levar tempo para ter seus efeitos sentidos nas economias do Brasil e das onças especificamente. Até porque, recentemente, o Parlamento Europeu aprovou a solicitação de um parecer jurídico junto ao Tribunal de Justiça da UE para avaliar se o acordo está em conformidade com os tratados do bloco.

"Acho que vai passar rápido tanto no Parlamento brasileiro quanto no Mercosul, mas na Europa ainda tem um entrave, liderado, principalmente, por França e Polônia. Eu não acredito que em menos de um ano e meio tenha resultado", afirma.

O texto do acordo já foi encaminhado por Lula ao Congresso, e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) disse que a intenção é votá-lo no plenário da Casa na semana seguinte ao Carnaval.

A P S Consultoria afirma acreditar que o acordo avançará na Europa, já que a região enfrenta dificuldades econômicas e geopolíticas, mas diz que o risco de postergação é elevado. Do lado brasileiro, a aprovação rápida do texto pelo Congresso seria um sinal positivo e alinhado à necessidade de ampliar o potencial de crescimento do país, já que a baixa integração econômica do país com o mundo é um dos entraves atuais sobre a produtividade brasileira, afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Resultado das empresas no 4 trimestre indica movimento de retomada

Felipe Laurence e Adriana Peraita

A temporada de resultados do quarto trimestre de 2025 deve marcar um ponto de inflexão para as empresas brasileiras. Embora a atividade econômica mostre sinais claros de desaceleração, analistas projetam uma resiliência operacional que, somada à expectativa de queda de juros a partir de março, deve impulsionar a recuperação dos resultados ao longo de 2026.

"A tendência é que o fundo de comparação do lucro foi no terceiro trimestre e, agora, começamos a ver uma aceleração dessa última linha", avalia Daniel Gewehr, estrategista-chefe do Itaú BBA. O banco estima que, excluindo o setor de commodities, as empresas listadas no Ibovespa apresentem um crescimento de 5% no lucro líquido na comparação anual.

Ele pondera, contudo, que o cenário macroeconômico impõe freios. O indicador proprietário de atividade do banco aponta para uma contração de 0,3% no PIB durante o quarto trimestre, puxada pelo setor de serviços. "É ainda um ambiente macro e de juros desafiador, mas as empresas conseguem apresentar resultado operacional interessante", diz Gewehr.

A XP corrobora a visão de um trimestre "ligeiramente positivo", sustentado mais pela eficiência das empresas do que de expansão de receitas. Para o universo de empresas sob cobertura da corretora, a projeção para o quarto trimestre é de um crescimento modesto de 1,4% no faturamento, mas uma expansão robusta de 12,8% no lucro operacional.

"As empresas estão com baixa alavancagem e boa geração de caixa, conseguiram pagar dividendos recorde", diz Fernando Ferreira, estrategista-chefe da XP, citando que companhias dos setores de varejo e consumo devem sentir mais essa redução da economia e os efeitos da taxa básica de juros em 15%.

"Se tivesse que classificá-la, diria que será uma temporada de resultados díspares", afirma Ricardo Peretti, estrategista de ações do Santander Brasil. "É um sinal [de] que as empresas continuam com boa eficiência. Vem menos de crescimento [de receita] e sim de redução de despesas."

Em relatório, o banco projeta uma queda de 3% na receita líquida agregada de sua cobertura e uma retração de 19% no lucro líquido total, número fortemente impactado pela base de comparação e pela volatilidade no setor de commodities. Quando isolados os setores domésticos, o cenário melhora. O banco espera alta de 12% no Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e de 4% no lucro líquido.

A dispersão de resultados entre os setores deve ser alta, na visão dos analistas. Há consenso entre os bancos de que os segmentos de construção civil, especialmente nas empresas focadas em baixa renda, serviços públicos (energia e saneamento) e telecomunicações devem ser os destaques positivos da temporada de resultados.

Na ponta negativa, o varejo segue pressionado pelos juros altos e pela migração para o on-line. O Bank of America (BofA) alerta que o quarto trimestre parece "desafiador" para a maioria dos nomes de varejo, com o avanço das apostas on-line, clima adverso e competição agressiva do comércio eletrônico pressionando as lojas físicas.

As siderúrgicas também devem sofrer. Tanto a XP quanto o Santander apontam para resultados fracos de nomes como Usiminas e CSN, devido à sazonalidade negativa e preços domésticos menores. No entanto, a mineração, em especial a Vale, é vista com melhores olhos devido à manutenção nos preços do minério acima de US\$ 100 a tonelada e a recuperação no cobre.

Mais do que os números do quarto trimestre, o mercado também estará atento às sinalizações que os executivos das companhias vão dar para o que vem em 2026. A expectativa de início do ciclo de corte da taxa Selic já na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central em março é o principal gatilho para a bolsa.

"O cenário ideal seria um ambiente de "nem quente demais, nem frio demais", que permita o início do relaxamento monetário sem prejudicar excessivamente os resultados das empresas", diz Julia Nogueira, vice-presidente de "equity research" do Morgan Stanley.

"As empresas vão pontuar eventos de cauda positiva, como inflação comportada e corte de juros, mas também devem mostrar que têm as incertezas por conta das eleições no segundo semestre, muitas devem adiantar negócios para os próximos meses", explica Peretti, do Santander. "Eu acredito que o tom das teles deve ser mais de cautela do que excitação plena com os resultados."

"Quando você olha para 2026, o movimento de cortar juros, um crescimento do PIB ainda resiliente e as empresas com contas no lugar, a tendência é melhorar um pouco mais a margem, o que vai fazer com que o lucro cresça 20% neste ano, em nossas estimativas", projeta Gewehr, do Itaú BBA.

Essa visão é compartilhada pela XP, que estima um crescimento de lucros de 23% em 2026, impulsionado pela redução das despesas financeiras das empresas. "Do ponto de vista operacional, não será tão forte, mas os lucros devem crescer bastante porque tem os efeitos da queda dos juros nos resultados financeiros", diz Ferreira.

Apesar do otimismo com o ano, a volatilidade pode atingir as ações logo após a divulgação dos resultados, como vem sendo a tônica nos últimos trimestres. Os analistas apontam que o fluxo de recursos estrangeiro, que alcançou nível recorde de R\$ 26,3 bilhões, pode ajudar a amplificar esse movimento.

"Nós tivemos um aumento de fundos estrangeiros quantitativo que aumentaram a participação na bolsa", diz Ferreira. "Isso acaba fazendo com que olhem menos o micro das empresas e mais se bateu ou não as expectativas, o que aumenta a volatilidade das ações."

Segundo Gewehr, o investidor internacional mantém um sentimento positivo, focado na diversificação global e nos preços atrativos do Brasil em dólar, enquanto o investidor local permanece cauteloso. "Quanto mais longe geograficamente, mais atrativo fica o "valuation"", brinca, dizendo que investidores que mexem com ações de países emergentes já não estão vendendo as ações brasileiras tão descontadas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Às vésperas de corte na Selic, juro longo segue sob pressão

Gabriel Caldeira

Às vésperas do início do ciclo de cortes da taxa Selic, os juros de longo prazo seguem sob pressão neste início de ano, em meio à piora da percepção de risco fiscal, ao aumento das emissões de prefixados pelo Tesouro Nacional e às incertezas sobre a composição da diretoria do Banco Central.

Diante da sinalização de que a taxa básica de juros começará a ser reduzida em março, já seria natural a expectativa do mercado de um aumento da inclinação da curva de juros, ou seja, uma diferença maior entre as taxas de longo prazo e as mais curtas, embutindo taxas menores à frente. Participantes do mercado, porém, notam que o aumento da incerteza tem criado pressão sobre os juros de longo prazo, que, até agora, não conseguiram surfar o bom momento dos ativos domésticos observado este ano.

Em 2026, o movimento da curva de juros tem sido o de um "bull steepening", expressão do mercado que indica uma queda mais intensa das taxas de curto e de médio prazo em relação às longas.

"A parte mais curta [da curva] está sendo impactada pelo [futuro] corte de juros, pela ancoragem que o BC fez nas expectativas de inflação e pelos níveis da inflação corrente, além do câmbio", observa Fábio Landi, sócio e gestor da Adam Capital. "Isso naturalmente demanda uma curva mais positivamente inclinada. À medida que você vai avançando com o ciclo de cortes, é natural que a parte mais curta fique com menos prêmios."

O gestor de juros Rodrigo Bertrand, da Occam, tem visão semelhante. Para ele, as perspectivas para a política monetária doméstica são o grande vetor que levou a curva de juros prefixados a atingir os maiores níveis de inclinação desde, segundo ele, meados de 2024. "Historicamente, tudo o mais constante, a curva de juros tende a ficar mais inclinada em ciclos de queda da Selic", diz.

Bertrand também destaca o papel da valorização do real desde o início do ano em meio a um cenário externo de enfraquecimento do dólar e de busca por ativos "reais" de mercados emergentes. Se, por um lado, o investidor estrangeiro não buscou tomar tanto risco nos juros de longo prazo, por outro lado a

atraividade da moeda brasileira gera um quadro de inflação menos pressionada, o que também conversa com uma política monetária mais branda e, por consequência, taxas prefixadas de curto prazo mais baixas.

Na avaliação do gestor da Occam, também é importante observar o desempenho dos mercados de renda fixa de países desenvolvidos. Desde o começo do ano, houve um salto das taxas de longo prazo do Japão aos maiores níveis da história, ao passo em que as dos Estados Unidos e dos países europeus também operam mais pressionadas. A tradução disso é um nível de juro estruturalmente mais alto para o Brasil e para outros mercados emergentes.

Bertrand entende que, para que a inclinação da curva de juros do Brasil aumente ainda mais, será necessário que o BC dê sinais de que pode cortar a Selic além dos níveis atualmente nos preços de mercado. Hoje, os juros futuros embutem uma Selic ao redor de 12% no fim de 2026. Uma reversão dessa inclinação parece improvável no momento, segundo o gestor. "É algo que fica defendido, dado que o BC vai cortar os juros e temos as eleições à frente. Acho difícil a curva desinclinár tão cedo."

Para Landi, da Adam, à exceção do câmbio, o cenário externo tem pouca influência sobre o formato atual da curva a termo. Além da política monetária fornecer uma âncora às taxas de curto prazo, o gestor entende que a inclinação também se dá por um nível de endividamento público muito alto que obriga o Tesouro Nacional a acelerar as emissões de dívida ao mercado.

Segundo o Plano Anual de Financiamento de 2026 divulgado pelo Tesouro no fim de janeiro, a necessidade líquida de financiamento projetada para este ano está em R\$ 1,68 trilhão, ao se somar os vencimentos da dívida interna em poder do mercado (R\$ 1,54 trilhão), os vencimentos da dívida externa e os juros da carteira do BC, que não podem ser refinanciados. "Para a curva como um todo, esse é o primeiro fator de pressão", define Landi.

Em condição de anonimato, um gestor de renda fixa de uma importante casa da Faria Lima chama atenção para o elevado volume de NTN-Fs emitidas pelo Tesouro em janeiro, papéis de taxas prefixadas com

prazos mais longos. Ao todo, foram emitidos R\$ 37 bilhões em NTN-Fs em janeiro, em comparação a R\$ 28 bilhões de LTN, de acordo com dados da consultoria Eytse Estratégia. Dados dos últimos anos mostram que esse padrão incomum: em 2025, ano marcado por elevadas emissões de papéis prefixados, as ofertas de LTN superaram em mais de três vezes as de NTN-F.

"Acho que boa parte da inclinação inicial esse ano foi por conta disso. Depois, o movimento ganhou mais força com a possibilidade de Guilherme Mello

assumir uma diretoria do BC", diz este gestor. "Isso também representa o prêmio que o Tesouro paga para alongar as emissões prefixadas", enfatiza.

De fato, a notícia de que o atual secretário de política econômica do Ministério da Fazenda é um dos principais cotados para assumir o lugar de Diogo Guillen, ex-diretor de política econômica do BC, foi recebida de forma bastante negativa pelo mercado na semana passada. O spread entre as taxas dos DIIs de janeiro de 2033 e janeiro de 2028, que era de 58,5 pontos-base, foi para 79 pontos-base.

Segundo esse profissional do mercado, a atuação do Tesouro em janeiro e os ruídos em torno da sucessão no BC fizeram a curva de juros futuros adquirir uma inclinação similar a de períodos em que a taxa Selic estava em 10,5%, ainda que o mercado hoje precifique um

juro básico superior a esse nível.

"A relação deveria ser inversamente proporcional à Selic: quanto mais alta a Selic, menor a inclinação da curva, mas o que acontece hoje é o contrário: ainda estamos com a Selic em 15% e a inclinação está atingindo novas máximas. Eu atribuiria isso, ao menos em parte, a um excesso de emissões de longo prazo por parte do Tesouro", diz o gestor.

Nesse sentido, o tema fiscal é um componente importante que sustenta as taxas de longo prazo em patamares mais elevados, de acordo com Landi. "O Brasil ainda sofre com um arcabouço fiscal que não endereçou a questão fiscal de forma definitiva. Continuamos observando um aumento da dívida bruta e líquida. Isso, por consequência, demanda um pouco mais de prêmio na parte longa da curva", observa o gestor da Adam Capital.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Kinea vê "virada de 180 graus" nos EUA e alerta para reversão do fluxo global

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

O ambiente externo que impulsionou os ativos brasileiros pode perder tração à frente, à medida que a economia americana reacelera e o mercado de trabalho volte a pressionar a **inflação** nos Estados Unidos, avalia Marco Aurelio Freire, sócio e gestor responsável pelos fundos líquidos da Kinea Investimentos. Ao Intraday, do Valor, ele diz esperar "uma virada de 180 graus na política fiscal dos EUA", o que tende a gerar juros globais mais altos e uma rotação de portfólio mais à frente.

Isso, contudo, não afasta o cenário central da Kinea para o Brasil: apostar na queda dos juros - o mercado com maior assimetria no momento. Para o exterior, a compra de ações de empresas de tecnologia domina o portfólio.

Valor:

Como vê o cenário para o Brasil neste momento?

Marco Freire: Independentemente do cenário eleitoral, existe uma tendência clara: a Selic está muito fora de preço. Um juro de 15% em um país que deve ter **inflação** acumulada em 12 meses de 3,1% em junho deste ano - repito, 3,1% no meio do ano - parece excessivo. Mesmo considerando que o núcleo de **inflação** possa estar em torno de 3,5%, ter uma Selic de 15% soa claramente fora de preço. Quando digo "fora de preço", não estou falando de um ajuste de 2 pontos percentuais. Podemos discutir, eventualmente, cortes de 3 ou 4 pontos. E, se o Brasil, no pós-eleição, fizer o dever de casa fiscal, o espaço pode ser ainda maior.

Valor: O BC, então, tem mais espaço para cortar os juros do que o mercado espera...

Freire: Sim, o ciclo de corte de juros no Brasil tende a ser mais agressivo do que o que está previsto hoje pelo mercado. A **inflação** está basicamente normalizada, enquanto a Selic segue em um patamar compatível com um cenário de crise. Isso significa que a **inflação** vai permanecer em 3% ou 3,5% indefinidamente? Não. Provavelmente ela volta a subir em algum momento, já que a **inflação** mais baixa foi puxada principalmente por alimentos, e esse efeito tende a se reverter mais à frente. Ainda assim, não

muda o fato de que uma **inflação** em torno de 3,5% com Selic a 15% é difícil de encontrar. É claro que o Brasil carrega um prêmio fiscal e um prêmio eleitoral, mas a diferença é tão alta que há espaço para cortar bastante os juros. Esse é o primeiro tema da carteira.

Valor:

Neste ano, quem andou na frente foi a bolsa.

Freire: Prefiro estar otimista com juros agora. A bolsa subiu muito sem que os juros longos tivessem caído. Se olharmos para a NTN-B longa no Brasil, o nível de juros segue muito alto, sem que tenha havido aumento relevante nos lucros ou melhora nas perspectivas de crescimento. A bolsa simplesmente subiu e isso significa que o prêmio de risco em relação à renda fixa está baixo. O que aconteceu foi uma realocação de recursos: investidores começaram a buscar ativos de outros países além dos EUA. Há uma verdadeira avalanche de re

cursos estrangeiros entrando no Brasil, e essa avalanche explica boa parte do movimento recente.

Valor: As NTN-Bs, de fato, não acompanharam o desempenho dos outros ativos. Isso tende a mudar?

Freire: Acredito que a parte intermediária do juro real, pelo menos, precisa começar a fechar [cair]. O BC está iniciando um ciclo de corte de juros, e a expectativa é de cortes de pelo menos 0,5 ponto por reunião a partir de março. Entendo que o juro real deveria começar a cair junto com a queda da Selic. O quanto vai cair, depende, em grande parte, das escolhas no pós-eleição. O nível atual, acima de 7%, não parece sustentável. A questão é se o juro real converge para algo mais próximo de 5% ou se permanece em torno de 6,5% a 7%. Isso estará relacionado à cena eleitoral.

Valor: Falando nas eleições, quanto do cenário eleitoral já está embutido no preço dos ativos?

Freire: O mercado hoje embute muito pouco, no juro real longo, uma mudança relevante de prêmio fiscal. Ou seja, se o prêmio fiscal continuar ruim, há pouco espaço para abertura adicional. Por outro lado, se o prêmio fiscal melhorar, o potencial de fechamento [queda] é bem maior. Nesse sentido, o juro real é hoje

um ativo muito barato e assimétrico para a eleição, com uma relação risco-retorno positiva. A bolsa, ao contrário, é um ativo caro. O dólar fica em uma posição intermediária. A bolsa foi puxada essencialmente por fluxo. O investidor estrangeiro não está olhando especificamente para a eleição no Brasil;

ele está entrando como parte de um movimento global de diversificação. Nesse processo, a bolsa foi impulsionada e acabou ficando cara em relação à NTN-B.

Valor: Quais seriam suas apostas para um cenário de mudança na política fiscal?

Freire: O pior lugar para apostar em um cenário eleitoral positivo - entendido aqui como um cenário de contração fiscal e ajuste das contas públicas - é a bolsa. O melhor lugar é a NTN-B. Nas NTN-Bs, é possível atravessar a eleição com tranquilidade, independentemente do resultado. Já na bolsa, se o desfecho eleitoral não sinalizar melhora fiscal, há muito espaço para piora. A assimetria está muito mais nos juros. Valor: Tem exposição ao real? Freire: O real está no meio do caminho. Em relação à bolsa, há dois pontos principais. Primeiro, o real está mais barato do que a bolsa. Segundo, ele tem um viés positivo por conta do nível elevado de juros no Brasil. Assim, fica em uma posição intermediária entre a bolsa, que está cara, e os juros, que estão baratos. Em termos práticos, ao pensar em uma exposição a investimentos no Brasil, a estrutura é basicamente essa: uma posição em juros, uma posição vendida em dólar contra o real e, de modo geral, fora da bolsa, que pode inclusive ser usada como instrumento de proteção.

Valor: O cenário externo, que ajudou o Brasil, irá mudar?

Freire: A primeira hipótese que eu considero muito importante é a de que estamos saindo de um ano em que os EUA fizeram contração fiscal para um ano em que devem fazer expansão fiscal. No ano passado, a contração fiscal veio por dois vetores: as tarifas do Trump e a criação do Doge, voltado a aumentar a eficiência do setor público. Esses dois vetores retiraram crescimento do PIB americano no ano passado e não devem existir mais neste ano, quando devem começar a aparecer os efeitos do pacote fiscal do Trump. Além disso, com a eleição de meio de mandato se aproximando, o

Trump tem forte incentivo para gastar mais, porque precisa vencer essa eleição. É uma virada de 180 graus na política fiscal dos EUA, em uma economia que já vem crescendo perto de 3% ao ano há aproximadamente 12 meses.

Valor: O emprego tem mostrado uma criação de vagas limitada.

Freire: O ritmo de crescimento não parece condizente com a geração de empregos observada recentemente. A minha leitura é de que a incerteza gerada pelo Trump no ano passado levou muitas empresas a interromper ou postergar contratações. Como o PIB continuou forte, é provável que, em algum momento deste ano, essas empresas retomem as contratações. Quando isso acontecer, elas podem enfrentar dificuldade para encontrar mão de obra, já que houve um corte relevante na imigração. Com menos oferta de trabalhadores, a retomada das contratações tende a pressionar o mercado de trabalho.

Valor: Seria um ambiente bem mais "hawkish"...

Freire: Se o desemprego cair, o mercado tende a precisar juros mais altos nos EUA. Isso não significa que o Fed vá subir juros agora. A inflação está sob controle e deve haver, inclusive, um novo chairman do Fed com perfil mais "dovish" [pró cortes]. Portanto, não se espera alta de juros no curto prazo. No entanto, a curva de juros americana passa a ter mais chance de subir mais à frente. Essa é uma hipótese central do nosso cenário. De forma geral, trata-se de um ambiente de juros globais mais altos no médio e longo prazos, diferentemente do cenário passado, que foi de queda de juros. Ainda assim, é um cenário positivo para a bolsa, porque envolve aceleração econômica sem aperto imediato de política monetária.

Valor: O mercado ainda parece trabalhar com uma expectativa de cortes de juros adicionais nos EUA. Quando isso deve mudar?

Freire: Não que isso esteja longe. O que falta, basicamente, é a geração de empregos nos Estados Unidos

melhorar. Essa é a variável-chave. Ainda não dá para explicar a divergência entre crescimento do PIB e do mercado de trabalho por ganhos de produtividade associados à inteligência artificial. Esse é um tema importante da carteira, mas, por ora, não explica esse descolamento. A explicação mais plausível é a cautela das empresas diante de um ambiente de incerteza.

Valor: Isso pode frustrar a euforia com os mercados emergentes?

Freire: Se a curva de juros americana começar a subir e os mercados emergentes permanecerem nos níveis atuais, acredito que esses emergentes tendem a exibir uma correção. Nesse contexto, estou voltando a comprar EUA, especialmente tecnologia na bolsa. Ou seja, juros para cima e uma rotação de volta para

tecnologia, depois de um período em que o fluxo global esteve muito concentrado em mercados emergentes. É um movimento contrário ao consenso recente. Valor: Por que tecnologia?

Freire: Se você me perguntar, nos próximos cinco anos, quanto do crescimento de lucro global deve vir de tecnologia, eu diria algo como 120%. Não é 100%, é mais do que isso, porque a tecnologia tende a capturar lucro de outros setores. Com a IA, empresas no Brasil e no mundo vão adotar soluções tecnológicas para otimizar mão de obra, substituindo trabalhadores por programas. Quando isso acontece, para onde vai esse dinheiro? Vai para as empresas de tecnologia, majoritariamente americanas. A IA vai atacar diversos setores e transferir lucro para o setor de tecnologia. Por isso, no longo prazo, o crescimento de lucro continua vindo majoritariamente da tecnologia. Esse processo está só no começo e deve se expandir muito, com as grandes vencedoras sendo as empresas americanas.

Valor: Os investidores ficaram um pouco reticentes com o tema nos últimos meses... Isso muda?

Freire: A tese perdeu força quando o mercado começou a questionar o modelo de negócios da OpenAI. A empresa anunciou planos de investir US\$ 1,3 trilhão nos próximos anos, enquanto gera apenas US\$ 20 a 30 bilhões de receita. Isso levantou dúvidas sobre a sustentabilidade desse modelo e foi quando a narrativa de IA deu uma engasgada. É provável que, neste ano, os modelos da OpenAI apresentem uma melhora significativa, o que pode reacender o entusiasmo do mercado.

Valor: O endividamento das techs não preocupa?

Freire: São poucas as empresas, de fato, endividadas. A maior parte dos investimentos em tecnologia está sendo feita por companhias que têm muito caixa. Quando a Google e a Meta investem em inteligência artificial, elas têm fluxo de caixa suficiente para bancar esse investimento. Não há uma preocupação estrutural com endividamento nesse setor.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Gastos de US\$ 660 bi das "big techs" reacendem temor de bolha

Stephen Morris, Michael Acton e Rafe Rosner-Uddin
Financial Times, de San Francisco Carmona. Tradução
Lilian

As ações das grandes empresas de tecnologia dos Estados Unidos sofreram uma onda de vendas massiva depois que as empresas revelaram planos de gastar US\$ 660 bilhões com a área da inteligência artificial este ano, pois investidores começam a temer que os investimentos "de tirar o fôlego" ultrapassem o potencial de lucros da nova tecnologia.

As perdas em valor de mercado de Amazon, Google e Microsoft desde a divulgação de seus resultados trimestrais, na semana passada, devem somar US\$ 900 bilhões.

O índice de Wall Street Nasdaq Composite, que se concentra em empresas de tecnologia, está no rumo de ter sua pior semana desde abril, apesar de uma leve recuperação nos futuros de ações nesta sexta-feira (6).

Acionistas reagiram mal aos planos gigantescos de investimento do setor - superior ao Produto Interno Bruto (**PIB**) de Israel -, que desviaram a atenção do forte crescimento da receita das divisões de computação em nuvem das empresas.

Junto com a gigante das redes sociais Meta, o gasto proposto para 2026 em centros de dados e chips especializados necessários para treinar e operar modelos avançados de inteligência artificial marca um aumento de 60% em comparação com os US\$ 410 bilhões investidos em 2025 e de 165% em relação aos US\$ 245 bilhões de 2024.

"O investimento é de tirar o fôlego", disse Jim Tierney, chefe do fundo de crescimento concentrado nos EUA da AllianceBernstein.

Nem mesmo o aumento de 14% na receita anual combinada das "big techs", para US\$ 1,6 trilhão, foi suficiente para superar o pessimismo. A Apple, que tem ficado de fora da corrida de investimentos em IA, foi a única gigante do Vale do Silício a ficar incólume, e suas ações subiram 7,5% desde que registrou vendas recordes.

O preço das ações da Amazon caiu 8% nas

negociações de prémercado desta sexta-feira, depois que anunciou que seus investimentos chegarão a US\$ 200 bilhões este ano - US\$ 50 bilhões a mais do que o esperado -, valor que supera os números já espantosos do Google e da Microsoft.

O executivo-chefe da Amazon, Andy Jassy, afirmou que essas grandes somas são necessárias para deixar a empresa bem posicionada para um boom nas áreas de inteligência artificial, chips, robótica e satélites. Ele apontou para alta de 24% na receita da Amazon Web Services como prova de que o investimento começa a compensar.

A "big tech" mais afetada foi a Microsoft, cujas ações caíram 18% desde que divulgou seus resultados, na quarta-feira (4). A receita da divisão de computação em nuvem da empresa subiu 26%, para US\$ 51,5 bilhões - um pouco abaixo do que o esperado. O mercado reagiu mesmo ao salto de 66% nos gastos trimestrais com centros de dados.

A Microsoft também detalhou pela primeira vez sua exposição à OpenAI. A empresa revelou que 45% de sua carteira de US\$ 625 bilhões em contratos futuros de computação em nuvem vêm da startup, o que levou analistas a alertarem para sua dependência excessiva de um único cliente.

Anna Nunoo, analista sênior da AllianceBernstein, afirmou que os resultados deste trimestre trouxeram um "choque em termos do aumento

do investimento". Para ela, agora "cabe à Microsoft e à Amazon demonstrarem o retorno atraente de todos esses gastos".

Os ganhos recordes do Google também não foram suficientes para dissipar essas preocupações. A Alphabet, sua empresa controladora, ultrapassou pela primeira vez a marca dos US\$ 400 bilhões em receita anual e teve um lucro de US\$ 132 bilhões em 2025. Mas ainda assim os planos de dobrar os investimentos para US\$ 185 bilhões derrubaram o preço de suas ações.

"Os temores de uma bolha da inteligência artificial estão de volta", disse Brent Thill, analista da Jefferies. "Os investidores fizeram uma minipausa em torno da tecnologia e, basicamente, nada do que as empresas

dizem importa."

Os planos de gastos também indicam que serão necessários mais tempo e dinheiro para entregar tudo o que a IA promete.

Investimentos maiores "passam a mensagem de que pode demorar mais para que as estratégias de inteligência artificial mostrem resultados", disse Dec Mullarkey, diretor executivo da gestora de ativos SLC Management, que tem US\$ 300 bilhões em ativos sob gestão.

"Não é uma boa notícia para investidores que já estão obcecados em saber quando a receita relativa à IA começará a aparecer."

A Meta informou na semana passada que seu investimento dobraria para US\$ 135 bilhões, mas o preço de suas ações subiu 10%, já que a rede social mostrou como a IA estava melhorando a eficácia da publicidade. A empresa acabou por perdendo esses ganhos, arrastada por uma debandada generalizada do mercado que levou o índice Nasdaq, com forte concentração de empresas de tecnologia, a cair 4% nos últimos cinco dias.

As ações de empresas de software foram afetadas por temores de que as novas ferramentas de programação com inteligência artificial da Anthropic e da OpenAI possam prejudicar seus negócios. Os mercados foram abalados ainda pela confirmação de que a transação de investimento em infraestrutura de US\$ 100 bilhões da OpenAI com a Nvidia foi suspensa.

A Oracle, que depende da OpenAI para grande parte de seus futuros negócios de computação em nuvem, teve uma queda de 18% em cinco dias, apesar de ter levantado US\$ 25 bilhões em dívida e insistir em que está "extremamente confiante na capacidade da OpenAI de captar recursos e honrar seus compromissos".

A Apple se destacou como a grande vencedora desta rodada de resultados. A empresa anunciou uma receita trimestral recorde de US\$ 144 bilhões, impulsionada por uma explosão nas vendas do iPhone 17 nos EUA e na China. Nos últimos três meses do ano, o investimento caiu 17%, para US\$ 2,4 bilhões, o que resultou em cerca de US\$ 12 bilhões no ano. Em janeiro, a Apple fechou um acordo para usar o Gemini, a plataforma de inteligência artificial do Google, para reformular seus recursos de IA, inclusive sua assistente de voz, a Siri.

"O investimento diminuto da Apple é o dividendo de inteligência artificial de fazer parceria com o Google para computação e modelos de ponta", disse Dan

Hutcheson, vice-presidente da empresa de inteligência de mercado TechInsights. Ele avalia que "isso transforma o investimento da Apple em IA em um modelo de pagamento por uso", em que a fabricante do iPhone terceiriza a maior parte dos custos básicos de infraestrutura para o Google.

Para Hutcheson, essa parceria explica "com certeza" uma parte dos planos do Google de aumentar os investimentos em 2026.

Já a fabricante de chips Nvidia, a empresa de capital aberto mais valiosa do mundo, está diante de um mercado volátil enquanto se prepara para divulgar seus resultados financeiros no fim do mês. Depois de mais de três anos sendo chamados a aguentar gastos cada vez maiores, hoje os investidores estão em busca de um fim rápido dos investimentos baseados na fé na IA.

"Estes são tempos turbulentos", disse Drew Dickson, fundador da Albert Bridge Capital. "Evoluimos de um ambiente em que o investimento por si só era suficiente para provocar euforia para outro em que o mercado espera que ele se traduza em crescimento de receita em um horizonte de tempo que faz pouco sentido."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

O que esperar da Venezuela? (Artigo)

Clarissa Lins Clarissa Lins

Em 3 de janeiro de 2026, o governo norte-americano conduziu uma operação militar para depor o presidente da Venezuela, Nicolas Maduro. Embora o motivo alegado tenha sido inicialmente vinculado ao caráter ditatorial do governo venezuelano, o próprio presidente Trump deixou claro em suas declarações posteriores que sua real intenção era ter acesso aos recursos de óleo e gás do país.

Neste sentido, demonstra a intenção de exercer seu poder de influência e de ação territorial na região, como bem ressaltado na recém-divulgada Estratégia de Segurança Nacional norte-americana. Adicionalmente, também reforça a ênfase dada aos combustíveis fósseis em sua agenda de dominância energética.

Pelo menos duas perguntas são pertinentes neste contexto: (i) até que ponto a Venezuela é capaz de recuperar algum protagonismo na produção de óleo e gás? (ii) o que este movimento significa do ponto de vista da geopolítica da energia? É o que proponho abordar neste artigo.

Lastreada em reservas provadas de mais de 300 bilhões de barris de óleo equivalente - valor este que é baseado em informações governamentais e não auditado por entidade independente - a produção venezuelana já respondeu por cerca de 7% da produção global de petróleo com um volume de 3,5 milhões de barris por dia, nos anos 1970. Hoje, com volume abaixo de 1 milhão de barris por dia, a Venezuela não chega a representar 1% da produção mundial, tendo perdido relevância ao longo dos últimos 20 anos.

Vários fatores explicam tal declínio acentuado, começando com a expropriação de ativos estrangeiros no governo Chavez, e a imposição de sanções econômicas por parte dos EUA, em meados da década de 2000, as intervenções políticas na empresa estatal PDVSA, a descontinuidade legal e institucional, culminando com redução expressiva dos investimentos e perda de capital humano.

Em termos econômicos, o custo imposto à sociedade venezuelana foi expressivo, tendo em vista a relevância da indústria em termos de contribuição fiscal, receitas de exportações e retenção de mão de obra qualificada. Em 2013, tomado aqui como referência por ser o último ano com dados disponíveis,

a renda do petróleo contribuiu com cerca de 17% do **PIB** ao passo que as exportações do setor responderam por 98% do total exportado pelo país.

Neste contexto, o governo Trump pretende reconstruir a indústria de petróleo viabilizando a participação ativa de empresas norte-americanas. Algumas condicionantes merecem destaque.

A primeira delas diz respeito às características do óleo venezuelano. De alto teor de enxofre e considerado um óleo pesado, tem custo de produção e refino relativamente mais alto do que alternativas existentes. Quando comparado com opções na Guiana, Argentina ou até mesmo a bacia do Permian nos Estados Unidos, o óleo venezuelano apresenta break-even mais elevado, tanto para campos existentes (US\$ 48/barril na média) quanto para novos projetos (US\$ 80/barril), mantendo-se as condições fiscais existentes. Ademais, em função de suas características, também requer refinarias especializadas para seu refino - algumas localizadas nos EUA, outras na China, ao passo que a rota de exportação se encontra hoje restrita em função da má qualidade da infraestrutura de escoamento. Isto significa que o petróleo do país não é, nas atuais condições, dos mais competitivos em escala global, em termos de custo de produção e refino.

Por outro lado, a intensidade de emissões de gases de efeito estufa da produção atual é quase 4 vezes superior à média mundial, tornando o óleo venezuelano pouco atraente do ponto de vista de pegada de carbono. Isso se explica pelo alto fator de emissão de metano, fruto da falta de investimento crônico nas instalações existentes.

O segundo fator a ser contemplado é o volume de investimentos necessários para retomar o crescimento da produção, em um quadro de ativos depletados, infraestrutura precária e escassez de mão de obra qualificada. Estimativas apontam para dois cenários possíveis, a saber: US\$ 67 bilhões nos próximos dois anos para chegar a um volume de 1,5 milhão de barris por dia, baseado nos ativos existentes e em melhorias possíveis de serem implementadas; US\$ 120 bilhões adicionais até 2040 para chegar a uma produção anual de 3 milhões de barris por dia.

Tendo em vista o montante dos investimentos necessários, é evidente que segurança jurídica-institucional, respeito à lei e previsibilidade regulatória são condições sine qua non, além de uma revisão dos

termos fiscais. Em um momento em que os preços estão com viés de baixa por um excesso de oferta e as empresas demonstram disciplina de capital, optando por retornar dinheiro para os acionistas, ainda não está claro se haverá, de fato, apetite para investimento no curto prazo. Acredita-se que empresas já instaladas na região tenham maiores incentivos para tanto.

Isto nos leva para a segunda pergunta: até que ponto esta intervenção norte-americana na Venezuela impacta a geopolítica da energia? Do ponto de vista de oferta e demanda de petróleo, tal movimento não altera substancialmente os mercados globais. Há um impacto nos fluxos de comércio de petróleo, eventualmente redirecionando exportações da Venezuela da China para os Estados Unidos. Isso, por sua vez, tem reflexos sobre as exportações canadenses as quais podem ser deslocadas dos Estados Unidos para a China. Todavia, em um mercado com perspectivas de excesso de oferta e estoques elevados, não há alteração substancial.

Por outro lado, há o efeito direto do ponto de vista de posicionamento na geopolítica da energia. Em um mundo que continua investindo em tecnologias de baixo carbono - foram US\$ 2,3 trilhões em 2025 de acordo com a BNEF - os EUA reforçam sua crença na longevidade dos combustíveis fósseis, garantindo acesso a reservas importantes mesmo já sendo hoje o maior produtor global de óleo e gás.

Por fim, resta a dúvida quanto à capacidade institucional da sociedade venezuelana de fazer a transição de maneira ordenada, restabelecendo as bases democráticas e criando um ambiente propício à atração de investimentos. Um tema, sem dúvida, fascinante de acompanhar.

Clarissa Lins Clarissa Lins é economista e sócia fundadora da Catavento Consultoria

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Trump, a Groenlândia e a Amazônia (Artigo)

Denis Lerrer Rosenfield

Denis Lerrer Rosenfield PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS

O mundo definitivamente mudou, não cabendo mais nos parâmetros mediante os quais o concebíamos.

O mundo, tal como emergiu depois da 2.^a Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e várias agências internacionais, cessa progressivamente de existir. Agências como a ONU perderam a sua neutralidade, adotando posturas ideológicas e partidárias, contribuindo para a sua própria crise.

Conselhos internacionais de direitos humanos são controlados por ditadores e violadores sistemáticos dos direitos humanos. Os valores de pretensão universal, os ocidentais, se enfraqueceram, sendo instrumentalizados por grupos esquerdistas e islamistas radicais. A bússola internacional perdeu-se.

Concomitantemente com esse processo de degradação moral, ressurgiu a doutrina da "lei do mais forte" a reger as relações internacionais. A invasão da Ucrânia pela Rússia, movida pela mais elementar vontade de poder, e a doutrina Trump, advogando pelos mais imediatos interesses americanos, relegando valores como democracia e liberdade que norteavam a diplomacia americana, completam esse quadro de reconfiguração mundial. Nele, questões de geopolítica, baseadas no uso da força, graças às Forças Armadas altamente qualificadas, à ciência e à tecnologia, e à diplomacia, ganham especial proeminência.

Sob esta ótica, não deveria surpreender o projeto de Trump de apropriar-se da Groenlândia. Sua pretensão faz sentido geopoliticamente, embora contradiga o Direito Internacional tal como o conhecemos, e afaste aliados tradicionais, mostrando que nem países amigos estão ao abrigo de nova (des)ordem internacional.

Afinal, a Groenlândia pertence à Dinamarca, um país da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que é aliado tradicional dos americanos. Há mesmo um tratado internacional de defesa entre esses dois países, que poderia ser eventualmente aprimorado e renegociado.

Acontece que a Groenlândia é a maior ilha do planeta,

sendo praticamente despovoada.

Sua população total é de 55 mil pessoas, menor do que a média dos municípios brasileiros.

Seu PIB é de US\$ 3,2 bilhões, valor insignificante, por exemplo, em relação aos gastos exorbitantes e privilégios da elite do Estado brasileiro. A população da Dinamarca é estimada em 6 milhões de pessoas e seu PIB é de pouco mais de US\$ 400 bilhões. Em contraste, o orçamento militar americano foi de US\$ 1 trilhão em 2025 e está estimado em US\$ 1,5 trilhão em 2026.

Nesse contexto, está em curso o derretimento do Ártico, abrindo novas rotas navegáveis no Polo Norte e tornando mais viável a exploração da Groenlândia, rica em terras raras e outros minérios. Tornase essa ilha motivo de cobiça de russos e chineses, sobretudo dos primeiros, que possuem há muito essa pretensão geopolítica. E os europeus, até agora, nunca deram maior atenção a essa realidade, preferindo desconhecê-la. Só os britânicos, durante a 2.^a Guerra, estimaram o real valor estratégico da navegação nessa região. De lá para cá, porém, o Reino Unido deixou de ser um império e uma força militar. E as potências atuais lá medem forças.

Trata-se, aqui, da realidade tal como ela é, gostemos dela ou não. Podemos criticar - com razão - tais pretensões, mas nada altera o quadro geral, baseado doravante na "lei do mais forte". Discursos baseados na defesa abstrata da soberania nacional, utilizados a partir do século passado, válidos naquele cenário, cessaram de sê-los, visto que a realidade geopolítica mudou. Se qualquer país quiser defender os seus territórios e interesses, deve preparar-se militarmente e diplomaticamente, sob risco de perder relevância.

Coloca-se, nesta perspectiva, a questão da Amazônia, que é e pode tornar-se ainda mais objeto de cobiça de outros países. As razões podem ser várias, desde problemas de desmatamento que prejudicariam o clima mundial, sendo considerada o pulmão planetário da humanidade, até petróleo, gás, terras raras e minérios, passando pelo fato de ser uma região em muito despovoada e cada vez mais refém do narcotráfico, tomando conta de suas vias pluviais. Não faltam motivos para que outros países ou grupo de países elevem pretensões ditas climáticas, humanitárias, econômicas ou diretamente militares sobre essa região.

O Brasil deveria, sim, preocupar- se cada vez mais com o reordenamento geopolítico, sendo a Groenlândia uma sinalização do que pode acontecer.

O País deveria ter um projeto claro para a Amazônia, sob pena de perdê-la no futuro.

O narcotráfico deveria ser combatido militar e policialmente, com todos os meios tecnológicos e de defesa mais avançados. Ademais, pouco valem discursos grandiloquentes em defesa do clima, se questões fundiárias não forem abordadas e enfrentadas seriamente, tais como a regularização fundiária e a modernização e avaliação de cartórios e registros de imóveis.

E todas essas questões são hoje geopoliticamente da maior relevância. A propósito: o que têm a dizer a respeito os diferentes candidatos à Presidência da República?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>